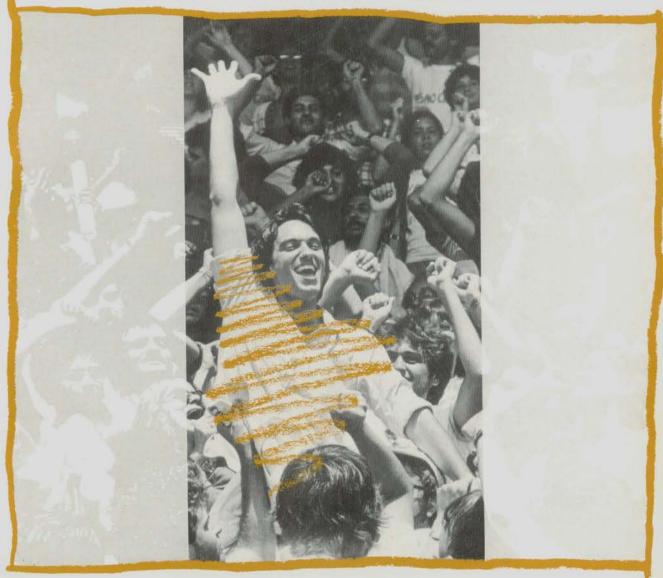
tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 240 • Ano 11 • NCz\$ 1,00

JUVENTUDE



religião e trabalho

tempo e presença

Revista Mensal do CEDI

Abril 89

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos 22241

— Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis,983 01238 — São Paulo — SP Telefone: (011) 825-5544 Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão Heloísa de Souza Martins José Oscar Beozzo Márcio Santilli Milton Schwantes Paulo Schilling Regina Hara Regina Reyes Novaes Rubem Alves

Editor Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e Jornalista Responsável Marco Antônio Piva Reg. Prof. nº 12.911

Editor de Arte e Secretário de Redação Flávio Irala

Diagramação e Secretaria Gráfica Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão Rosana de Lima Soares

Capa Cláudia Reis

Fotolito, Impressão e Acabamento Gráfica Pirâmide

Heloisa de Souza Martins assessorou a edição deste número.

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso: NCz\$ 1,00 Assinatura anual NCz\$ 10,00 Assinatura de apoio NCz\$ 15,00 Estamos começando um grupo de reflexão ecumênico para iluminar melhor a luta pela conquista do Reino de Deus.

Gostariamos de poder contar com material ou troca de experiência no futuro para fortalecer e enriquecer nosso grupo. Somos agentes pastorais leigos, religiosos e pastores das igrejas luterana, metodista e presbiteriana.

Marta Falqueto Serra, ES

Valho-me do ensejo para remeter-lhes meu pedido de renovação da sensacional revista Tempo e Presença. Eu já o disse em outra oportunidade, mas não me cansa repetir quão importante são o seu conteúdo, a abordagem, a análise crítica da realidade em que vivemos e, sobretudo, os colaboradores que, através da Tempo e Presença, fazem chegar suas mensagens impregnadas do Reino de Deus, onde se respira e transpira valores essenciais: fraternidade, solidariedade, justiça (utopia da fé cristã) que um dia celebraremos, não importa quando de nossa história! O bem há de sobrepor o mal!

Napoleão N. da Silveira Reis Ipatinga, MG

A ocasião é propicia para reiterar-lhes nossos agradecimentos e manifestar-lhes que esta revista constitui uma importante fonte de informação para a Conferência Episcopal do Chile e para os que são os usuários habituais do Centro de Documentação, motivo pelo qual agradecemos e solicitamos que continuem nos enviando a revista Tempo e Presenca durante este ano.

Gumercindo González N. Santiago, Chile

Suas publicações estão me proporcionando uma visão realista e crítica dos diversos assuntos eclesiais, sociais, políticos, econômicos e bíblicos numa perspectiva de libertação dos milhões de marginalizados de nossa história latino-americana. Gostaria de continuar assinante desta importante revista, um meio de comunicação alternativo de grande valia.

Mauro Castilho Gonçalves Taubaté, SP

Somos assinantes de Tempo e Presença há um ano, já tendo

tido acesso a números anteriores e sido largamente ajudados pela revista em nossa prática de educação popular junto às comunidades e movimentos populares.

Atuamos em vários municípios na serra da Ibiapaba e litoral norte do Ceará, assessorando o movimento sindical e vários grupos que se mobilizam organizando os trabalhadores da região, com uma ligação forte com as CEBs da diocese de Tianguá. Estamos em pleno Nordeste, filho legítimo do Brasil e da América Latina, por isso são grandes os desafios, como é grande a nossa fé no Deus que liberta e no povo, que tenta viver um projeto novo.

Eu, particularmente, leio de imediato todos os artigos da revista, pois são como um bom contato entre irmãos e companheiros que se ajudam nessa caminhada por dias melhores. Parabenizo a equipe do CEDI por Tempo e Presença.

Raimundo Clarindo dos Santos Tianguá, CE

Gostaria de receber mais informações da revista Tempo e Presença e do boletim Aconteceu.

Estamos morando no Pará, ou melhor, ao longo da Transamazônica (carinhosamente chamada de "Transamargura"). Somos pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e temos ouvido boas referências das publicações acima mencionadas.

Lauri R. Becker Rurópolis, PA

Primeiramente, agradeço as remessas sistemáticas de todas as vossas publicações e quero parabenizá-los pelo ótimo trabalho informativo que vêm realizando. Muito especialmente ressalto a importância que tem tido a revista Tempo e Presença para todos nós que buscamos um maior comprometimento com o Reino Novo.

Luis de Souza Cardoso São Bernardo do Campo, SP

Sou assinante da revista Tempo e Presença e do Aconteceu. Gosto muito das duas publicações. As reportagens são ótimas. Sou estudante de História e nosso curso é de linha marxista. Suas publicações vêm ao encontro de nossas idéias. O único problema é que a revista e o boletim demoram muitíssimo para chegar. Gostaria de recebê-los com mais pressa.

Andréa Silvia Dias Camboriú, SC

PUBLICAÇÕES DO CEDI

MOVIMENTO OPERÁRIO

Italianos e movimento operário no Brasil	2,40
História dos metalúrgicos de S. Caetano	2,80
Trabalhadores urbanos 82/84NCz\$	5,30
Imagens da luta	20,00
Debate sindical nº 8 — Dívida Externa	0,80
Debate sindical nº 9 — A nova ConstituiçãoNCz\$	1,00
Revista Apoio - Os trabalhadores na indústria bélica NCz\$	0,50

PASTORAL PROTESTANTE

A celebração da vida	NCz\$	1,20
Batismo, eucaristia e ministério	NCz\$	1,20
Discussão sobre a Igreja	NCz\$	2,10
Creio na ressurreição do corpo	NCz\$	2.40
	NCz\$	3,20
	NCz\$	2,50
Identidade negra e religião	NCz\$	5,10
Poesia, profecia e magia	NCz\$	2,30

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983, aos cuidados do Setor de Distribuição — 01238 — São Paulo, SP ou por vale postal para Ag. Cor-

Índice

Juventude

- 4 IDENTIDADE: O QUE É SER JOVEM? Cláudia Barcellos Rezende
- 6 LAZER: OS EMBALOS DE SÁBADO À NOITE Helena Wendel Abramo
- 9 TRABALHO: A RODA VIVA DO MERCADO Felícia Reicher Madeira
- 13 POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO QUE DECIDE
- Marco Antônio Piva 15 SEXUALIDADE: ATROPELOS DO
- PRAZER
 Cecilia Simonetti
 17 CRIMINALIDADE E POBREZA
- Alba Zaluar
- 19 ONDE COMEÇA A DELINQUÊNCIA? Oswaldo di Loreto
- 23 HARE KRISHNA: O SONHO ACABOU? Lúcia Helena Gama Azzi

Anote

26 EMÍLIO RODRIGUES: COMPROMISSO COM A VIDA Núcleo Sul do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante

Povos indígenas

- 27 YANOMAMI: O PERIGO DO EXTERMÍNIO Dermi Azevedo
- 29 A VIDA DO POVO YANOMAMI Alcida Ramos

América Latina

31 NICARÁGUA: O PESO DA GUERRA Emir Sader

Bíblia hoje

33 O CLAMOR INDÍGENA E OS SINAIS DOS TEMPOS Roberto E. Zwetsch

Livros

35 A DIMENSÃO TEOLÓGICA DA DÍVIDA Luis Francisco Silva e Paulo Roberto Garcia

JUVENTUDE OU JUVENTUDES?

A discussão do tema "juventude" não é fácil. Qualquer descuido pode levar aos costumeiros lugares comuns. A própria conceituação de juventude é bastante controversa. Quais os critérios para formar essa identidade? Quando há condicionantes sociais tão diversos é possível falar-se em juventude, ou será mais pertinente pensar-se em juventudes?

Outra questão desafiante se relaciona com as motivações dos jovens. A falta de clareza sobre essa questão esconde, muitas vezes, faces ocultas de um projeto político mais amplo.

É corriqueiro afirmar-se que a sociedade, através de seus diversos segmentos, tem muitas preocupações com as juventudes. Que tipo de preocupações são essas? Não se constituirão mais em um medo dos jovens, que ameaçam certas escalas de valores estabelecidos ou sedimentadas estruturas sociais?

A heterogeneidade desse segmento da população não possibilita pensar em interpretações, instrumentos de trabalho e soluções uniformes para todas as situações.

No Brasil, a camada etária entre quinze e 25 anos é, sem dúvida, a mais significativa para o nosso processo social e político. O trabalho, a educação, a religião, a política, o lazer, ganham para a juventude significados diferentes, que muitas vezes contrastam com os padrões da chamada população adulta. E aí aparecem crises e questionamentos. Parece que está faltando em nossa sociedade um novo mapa de valores, ou possivelmente se está na fase, rica e desafiante, da criação de novos referenciais.

Liga-se, com certa facilidade, a juventude com delinqüência. Mas o que significa e quais as causas mais profundas desse comportamento? Até que ponto ele se torna irreversível?

Outras afirmações habituais são de que a sociedade moderna tornou-se tão secular que os valores religiosos não encontram mais significado na população jovem. Parece que a realidade questiona essas assertivas. Novas expressões religiosas estão surgindo e atraem fortemente a juventude. Ou será que as formas tradicionais de igrejas não estão no crivo do questionamento?

Este número da Tempo e Presença se propõe, apenas, a alimentar as reflexões sobre a questão, sabendo que muitas outras facetas poderiam e devem ser debatidas. Reconhecemos, portanto, a existência de organizações, religiosas ou não, que têm apresentado excelentes contribuições para que se possa compreender os novos dilemas que as juventudes apresentam a todos nós.

IDENTIDADE O QUE É SER JOVEM?

A ciência médica ocidental já tem seu parecer: a juventude é uma fase de transição, marcada por conflitos semelhantes para todos. Mas a realidade social mostra uma pluralidade de juventudes

Cláudia Barcellos Rezende

stamos acostumados à idéia de que, em nosso desenvolvimento fisiológico e psicológico, atravessamos uma fase entre a infância e a idade adulta denominada puberdade. Segundo a literatura médica e psicológica, são várias as transformações sofridas neste período. Porém, enquanto cientistas sociais, discutimos muito uma outra dimensão em geral associada à puberdade: a juventude.

A juventude surge como um período marcado por determinadas características. É, segundo muitos, uma fase de transição em que reinam conflitos com todos — com a família, com a sociedade, com o próprio jovem. Estes conflitos estariam atrelados à problemática da construção e definição de uma identidade. Contribuindo para este processo de afirmação da identidade individual estaria a forte presença
do grupo de pares no convívio diário
com o jovem. Isto seria o que alguns
autores chamam de socialização secundária, ou seja, o período em que o indivíduo é exposto a grupos e instituições outras que não a família — responsável pela socialização primária, entrando em contato, portanto, com visões de mundo e definições da realidade diferentes, e às vezes até divergentes, daquelas defendidas pela família.

Entretanto, estamos falando, até o momento, a respeito do que nossa sociedade — isto é, a sociedade ocidental moderna — percebe como juventude. É preciso caminhar no espaço e no tempo para compreender a relatividade deste conceito. Afinal, um con-

ceito nada mais é do que uma construção empreendida por certos indivíduos (lê-se indivíduos pertencentes a determinado contexto sócio-cultural) para abarcar as qualidades gerais de algo que desejam descrever.

Espaço — Se voltarmo-nos para as sociedades tribais presentes no nosso mundo, veremos que nelas atribuise grande importância aos ritos de passagem. Dentre eles, encontramos os ritos de iniciação, geralmente realizados durante a fase da puberdade, que conferem ao indivíduo o status de adulto, com todos os direitos e responsabilidades que lhe cabem. Embora se trate de um período de transição, não há aproximações com o que chamamos de juventude. Os ritos de iniciação marcam a passagem de indivíduos antes considerados sem voz na comunidade para a condição de membros participantes do grupo/sociedade. A mudança de um status para o outro é dada durante os ritos, que em geral implicam em um período em que o indivíduo é isolado física e socialmente do grupo para depois ser novamente integrado à comunidade.

Assim, a transição vivida nas sociedades tribais não corresponde àquela existente em nossa sociedade que denominamos juventude. A esta associamos conflitos e sentimentos particulares, atrelados principalmente à questão da definição de uma identidade singular. Pois, na sociedade ocidental moderna, é dado um grande valor ao indivíduo, à sua singularidade, à expressão de sua subjetividade. Nas sociedades tribais, por sua vez, valoriza-se a integração do indivíduo ao grupo e



lela Cristina Fernandes

sua identidade é conferida por ele, como atestam os ritos de iniciação.

Tempo - Se voltarmos no tempo, à Idade Média, para ser mais exata, constataremos que a relação entre as diversas idades era razoavelmente diferente da que encontramos nos dias de hoje. Como nos mostra Phillipe Ariès, em seu trabalho História social da crianca e da família (Zahar, 1981), na sociedade medieval a criança era misturada aos adultos e com eles aprendia tudo, inclusive o necessário para desenvolver um ofício. A educação da crianca ficava, então, a cargo de toda a comunidade, escapando ao controle exclusivo da família. Tampouco havia algo como escolas; o aprendizado davase nas praças e casas de famílias.

Da mesma forma, a categoria jovem não possuía o significado que tem hoje. É bem verdade que existiam as sociedades de jovens, mas no sentido de serem pessoas não casadas. Esta situação só começou a se transformar com o aparecimento das escolas e a reclusão das crianças em um espaço isolado da família e da comunidade. Aos poucos, a família foi se nuclearizando, isto é, a casa tornou-se o domínio de pais e filhos apenas. Deste processo, formou-se o que Ariès chama de & sentimento de infância: um forte elo emocional entre pais e filhos, que agora não mais viviam e se socializavam em meio a outras famílias.

A infância e a juventude passaram a ser vistas como etapas de desenvolvimento individual, definidas por determinadas características não somente físicas mas sobretudo emocionais e sociais.

Juventudes — Chegamos, portanto, a uma visão da construção de juventude através do tempo e do espaço. Deparamo-nos então com a questão sobre o que significa ser jovem. Há uma identidade específica de jovem?

Antes, porém, chamo a atenção sobre uma certa confusão entre os termos juventude e adolescência. São noções muito próximas e difíceis até de serem distinguidas. Ambas referem-se a um período de transição entre a infância e a idade adulta. A noção de adolescência, contudo, parece aplicar-se mais às transformações psicológicas, enquanto que juventude possui um sentido mais amplo, referindo-se muitas vezes à parcela da população que se enquadra em uma dada faixa etária (os limites desta variam de sociedade para sociedade).

Quanto a nossa questão, creio que é a realidade social que nos responde e de uma forma um tanto complexa: haveria várias identidades específicas



A realidade social aponta a existência de várias identidades específicas de jovem

de jovem. Ou melhor, haveria uma pluralidade de juventudes.

A diferenciação sócio-econômica da população é um dos fatores de complexificação da sociedade. Consequentemente, ao falarmos de jovens, é necessário atentar para o meio do qual procedem: camadas trabalhadoras, camadas médias, camadas altas. Remeto a esta estratificação distinguindo em cada nível várias camadas. Pois cada nível é heterogêneo, uma vez que são diversas as ocupações e cada qual está associada a rendimentos específicos e a atributos sociais distintos. Portanto, as diferenças de ocupação estão relacionadas geralmente a diferenças sócio-econômicas que afetam o conjunto de valores e a visão de mundo dos indivíduos em cada um destes grupos sociais.

A oposição rural/urbano é outro fator importante na definição de estilos de vida, modos de pensar, atitudes e valores, realizando assim mais um corte no que denominamos juventude. A religião é um terceiro fator que acrescenta complexidade à questão.

Portanto, ao pensarmos em uma identidade de jovem, é imprescindível que nos indaguemos quem é este jovem. Um jovem favelado sente-se e pensa diferente de um jovem estudante de um bom colégio particular, que se prepara para fazer vestibular. Não me refiro a diferenças pessoais existentes entre cada indivíduo, mas a diferenças sócio-culturais que indicam grupos sociais específicos. São visões de mundo distintas, códigos morais próprios, modos de sentir específicos. Deste modo, qualquer atividade dirigida aos jovens deve antes ser pensada em termos do segmento social em foco e de suas particularidades. Afinal, de que juventude se trata?

Cláudia Barcellos Rezende é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ/Museu Nacional. LAZER

OS EMBALOS DE SÁBADO À NOITE

O desejo de diversão é um espaço de experiências que compõe o universo de valores dos jovens

Helena Wendel Abramo



ão cinco horas da tarde de sábado e é difícil conter a expectativa. Encerrar o expediente, ir para casa, tomar banho, caprichar na roupa, no penteado, no visual. Encontrar os amigos e ir para o ponto esperar o ônibus que leve até o salão. É o melhor momento da semana; não é para se perder, por nada deste mundo.

Na noite de sábado existe uma energia toda especial movendo os ares de uma cidade como São Paulo. Energia que emana da dança dos jovens nos inúmeros "dancings" da cidade e desprendida por toda a agitação que antecede e perpassa esses eventos: a preparação, o deslocamento em grupo, a farra durante o caminho, os encontros, as paqueras, as brigas que acontecem

enquanto rola a música.

Não conheço nenhum levantamento estatístico relativo às casas de dança da cidade, mas é perceptível a existência de um grande número delas espalhadas por todos os bairros e regiões. Certamente, a maioria é destinada ao público juvenil, e sem dúvida dançar no fim de semana é uma das principais, senão a principal, atividade de lazer dos jovens. Há dancings de todo tipo: lugares sofisticados e caros nos Jardins, salões imensos e salões mais precários na periferia, "porões vanguardistas" no centro da cidade. Há lugares onde só se toca rock, outros em que se vai para dançar funk, em outros hip-hop, samba, lambada, e assim por diante. Alguns são animados por fitas gravadas (às vezes temperadas com vídeo-clips e outras performances), outros por apresentação de músicos ao vivo, outros onde o fundamental é o trabalho do disc-jóquei sobre discos.

Este panorama fornece um bom retrato de uma polêmica questão: podese falar sobre a juventude de forma genérica? Ou as inúmeras diferenciações sociais existentes impõem a necessidade de se falar de juventudes, de diferentes condições juvenis? Olhando a paisagem que a cidade apresenta no sábado à noite, é possível afirmar que é "uma coisa e outra". A busca de diversão parece ser um motivo de toda a população jovem, algo que parece ser "próprio da juventude". Por outro lado, a grande variação, visível nos quadros da paisagem, assinala a diversidade que perpassa a cidade e os jovens que nela vivem.

O desejo e a necessidade de lazer e de prazer não são exclusivos dos que estão nessa fase da vida, mas aí parecem assumir uma importância quase vital. Senão, como explicar o intenso investimento, às vezes o enorme sacrifício, para "abrir um espaço" para o lazer, resgatar energias e desafiar autoridades paternas, para ir atrás, reivindicar e inventar diversão?

A intensidade deste investimento talvez fique ainda mais patente entre os jovens das camadas de baixa renda. Sobre a corda-bamba da dificuldade de equilibrar o gasto do seu dinheiro (aquilo que não é destinado a contribuir para o orçamento familiar) entre suas necessidades pessoais, como transporte e educação, por exemplo, o jovem executa um malabarismo para garantir o consumo de objetos de vestuário (ter roupas bonitas e na moda para "sair" é uma prioridade) e de lazer (rádio, discos, fitas, o ingresso do salão etc.). É grande a dificuldade de equacionar o tempo e o cansaço, assim como de encontrar os meios para ir em busca de novos locais de diversão. Alie-se a isso o destrato e a repressão a que muitas vezes são submetidos: jovens pobres nas ruas são objeto de suspeição, ainda mais se não estão a caminho da escola ou do trabalho, se estão "à toa" - sobre eles paira a desconfiança da baderna, quando não da delinquência. Os ônibus não param nos pontos que ficam lotados de jovens às saídas dos bailes, com medo da arruaça; muitos locais de diversão juvenil (como as casas de jogos eletrônicos) são considerados "pontos" suspeitos de vendas de drogas e intermediação de objetos roubados, e, portanto, passíveis de sofrer "batidas" e fechamentos.

A impressão é que "se divertir" exige um esforço danado dos jovens. E no entanto, lá vão eles. Sem isso, a vida não vale a pena.

Tamanha necessidade e desejo de diversão têm a ver com o fato de que ela é o outro lado da moeda da vida cotidiana; aí se encontram satisfações que são negadas em outros espaços da vida. O lazer, para os jovens, abre a possibilidade de sair do ambiente regulador, e muitas vezes repressivo e sufocante, da família, da escola e do trabalho. É o momento de estar com os amigos, entre seus pares, com quem é possível processar as buscas, características da adolescência, no sentido da formação de sua identidade. O lazer abre também oportunidades de sair para a esfera pública, circular pela cidade, entrar em contato com desconhecidos, com novas informações, e buscar satisfazer suas necessidades de experimentação. É, dessa forma, um campo em que se aguçam e canalizam os desejos e as buscas de inovação, e que faz vibrarem mais forte as expectativas de uma vida mais aberta, mais sa-

"Gostava de música americana, ia pro baile dançar todo fim de semana" (Ed Motta, Manoel)

tisfatória, menos sufocante. "... A gente quer inteiro e não pela metade".

Olhando de forma atenta nesta direção, vê-se que o lazer juvenil contém uma grande movimentação e riqueza de significados. Está presente em todos os lugares da cidade e de muitas e diferentes formas. As turmas de amigos que se reúnem todo fim de tarde ou noite, para conversar ou ouvir música; a molecada que joga bola, que anda de bicicleta, os skatistas; a sinuca, os jogos eletrônicos; a agitação do fim de semana, os bailes, os shows, os barzinhos; a busca de expressão cultural, as bandas de rock de garagem, os breakers, os dançarinos de rua. Não param de pipocar acontecimentos, novos lugares, novas ondas.

Tudo isso é brincadeira, é farra? É muito mais. A alegria é a meta e o móvel da diversão, mas muitas outras coisas a atravessam. A procura de diversão mobiliza múltiplas buscas, e por isso mesmo contém também dificuldades, frustrações, conflitos. Envolve grande circulação de informações e também processos de confrontação e identificação. Dessa forma, o lazer constitui para o jovem um espaço de experimentação extremamente significativo, e que entra fortemente na composição do seu universo de valores e de seu modo de vida. Em suma, a questão do lazer se cruza de forma intensa com a questão da cultura.

Falamos várias vezes em consumo de objetos de lazer, de roupas, em moda, em "novas ondas". É indubitável que o lazer nas sociedades urbanas modernas se processa em grande parte através dos meios de comunicação de massa e numa relação de mercado, pelo consumo de bens industriais e pelas informações e estímulos veiculados pelos mass media. Isso pode levar a pensar que as atividades de lazer são, no fim das contas, absolutamente dominadas e controladas pelos interesses comerciais e industriais, nos quais as pessoas são apenas consumidoras passivas. Não haveria então possibilidade de en-



"A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte" (Titãs, Comida)

"O jovem canta esta canção e dança pra valer" (Ira!, Ninguém entende um mod)

xergar aí experiências socialmente positivas; tudo não passaria de consumismo e modismo.

É claro que este tipo de questão demanda uma análise mais profunda do que é possível fazer neste espaço. As relações entre cultura e indústria cultural são complexas, mas o que é preciso ter em mente é que tais relações não têm um vetor único. Há um processo de criação, de apropriação e reapropriação, de resignificação dos elementos em veiculação e dos espaços ocupados que é incessante. No caso do lazer juvenil esta questão aparece de forma aguda.

O contigente juvenil, a partir dos anos 50 (e no Brasil mais intensamente dos anos 70 para cá), passou a constituir uma fatia importante do mercado consumidor e se tornou público-alvo de toda uma parcela da indústria cultural e de lazer. A veiculação de novas modas a fim de estimular o consumo continuado de mercadorias, os apelos de merchandising, o processo de

massificação processado pelos meios de comunicação, tudo isto acontece, mas não esgota a questão. O jovem vive o lazer em grande parte através do consumo, mas isso por si só não implica em passividade e ausência de escolha; isso não elimina o caráter de experimentação, de criação de relações de sociabilidade, de processos de delimitacões de identidade, de procura de inovação. Os bens veiculados pela indústria cultural são muitas vezes usados como material para a criação de novas atividades e expressões culturais próprias. E, por seu lado, é justamente dessas criações que a indústria se aproveita para reciclar seu repertório, desenvolvendo as tais "novas modas". Como dissemos, há um processo incessante de apropriação e reapropriação.

É isso o que nos revela um olhar cuidadoso e interessado. É assim que podemos ver, por exemplo, ao redor de uma brincadeira simples como o skate, toda uma articulação de gostos e comportamentos, e de redes de socia-

bilidade: além de comprarem pecas do "veículo" e do vestuário em lojas especializadas, os skatistas constróem, com pedaços de madeira e os mais diversos materiais, como tampinhas de garrafa, por exemplo, pistas, rampas e "ladeiras" para poder desenvolver e inventar novas manobras: cultivam um estilo peculiar, de roupas e aderecos, e um determinado tipo de som; mantêm redes próprias de comunicação, como uma seção de cartas em revistas de história em quadrinhos de que são público; possuem também toda uma gíria e uma simbologia próprias, que envolvem "slogans" relacionados a valores que, ainda que de forma difusa, são considerados próprios e definidores do grupo - tal é o caso do slogan "anarquia", que é traduzido como "a ausência de leis e limites impostos por um grupo a outras pessoas", e que constituiria a essência do skate, esporte em que não existem regras preestabelecidas.

Uma outra região onde há muito o que observar é aquela relativa aos grupos articulados em torno de estilos musicais. Podemos citar rapidamente dois exemplos, como os punks, que desenvolveram um estilo de comportamento e uma identidade próprios, marcados por um forte posicionamento político de oposição ao sistema; ou, mais recentemente, os "rappers" (a chamada "cultura de rua"), que se montou a partir de um cruzamento entre uma determinada tradição cultural existente entre os jovens dos grupos negros urbanos (ligada ao som negro americano presente em determinados bailes de fim de semana), o gosto por uma dessas correntes musicais e a busca de expressão de uma experiência própria relacionada à vivência de seu grupo social nas ruas.

A enumeração de fenômenos como esses poderia se multiplicar, mas na verdade existe ainda pouco conhecimento - e pouco reconhecimento da importância — relativo às atividades desenvolvidas pelos jovens no campo do lazer. Um aprofundamento neste sentido poderia ajudar a compreender a questão da juventude das nossas cidades, os diferentes personagens juvenis que por aqui circulam. Isso poderia também ajudar a reequacionar algumas idéias correntes sobre "passividade", "apatia", "conformismo", que frequentemente são acionadas quando se fala sobre a juventude atual.



"Toda vez que eu ouço a palavra cultura, saco meu talão de cheque, saco o meu revólver" (Fellini, Cultura)

Helena Wendel Abramo é socióloga e pós-graduanda no Departamento de Sociologia da USP. ma parcela significativa da população brasileira, sobretudo a constituída por pais e mães de jovens e adolescentes, está hoje extremamente preocupada com a natureza do emprego, subemprego e desemprego deste contingente populacional e sua possível associação com a precária condição do ensino brasileiro. Muito envolvidos também com a questão estão distintas instituições, organismos internacionais, entidades de bem público e centros de pesquisas.

Uma gama tão grande e diferenciada de agentes e atores que compartilham da mesma preocupação coloca de imediato uma questão: será que por trás destas preocupações encontram-se as mesmas motivações? A resposta a esta questão faz muito sentido porque motivações condicionam explicações, e estas, propostas de solução e intervenção.

Um tipo de motivação ainda presente na sociedade (foi mais presente no período em que dominava a ideologia desenvolvimentista) associa esta preocupação com o desperdício de força de trabalho, que significa o grande contingente de jovens desempregados e subempregados para o desenvolvimento industrial do país, ou mesmo para otimizar os lucros das empresas. Neste caso, a preocupação é mais com um projeto para a nação do que com o jovem propriamente dito.

A segunda motivação, talvez a mais presente hoje na consciência coletiva de amplos setores da população, é o temor que nasce da crescente mas**TRABALHO**

A RODA VIVA DO MERCADO

Uma variedade de motivações, situações e soluções forma a realidade dos jovens trabalhadores no país

Felícia Reicher Madeira

sa de jovens que não produzem, porém necessitam de um consumo sofisticado imposto pelos meios de comunicação de massa. Esta situação, acreditase, transforma o jovem, sobretudo o jovem dos setores mais empobrecidos, em atores sociais de alto risco à ordem pública e ao bem-estar familiar. O elevado número de jovens envolvidos com drogas e transgressões de diferentes naturezas tem sido um argumento forte para os setores que raciocinam desta forma. Dada a grande sensibilidade da população a esta problemática é comum que governos demagógicos invistam macicamente em programas "vistosos" e de "impacto" nesta área, embora bastante conscientes do baixo custo-benefício para o conjunto da população jovem. A preocupação aqui ainda não é com o "jovem" mas com o perigo que ele representa para a sociedade se não tiver suas necessidades minimamente cumpridas.

O interessante é que enquanto grande parcela de setores populacionais e governamentais acreditam que a inserção no mercado de trabalho é decisiva para "acomodar" e "amortizar" a pressão dos jovens, paradoxalmente há a denúncia social de que jovens pobres interrompem precocemente sua vivência ou a ela simplesmente não têm acesso dada a necessidade imperiosa



de trabalhar para garantir a sua sobrevivência e a de sua família. É frequente esta denúncia vir acompanhada de outra, a de que este constitui um dos mecanismos mais eficientes de manutenção da pobreza, visto que impossibilita o jovem de ter acesso ou manterse na escola garantindo um mínimo de conhecimento. O compromisso deste tipo de motivação é mais com a denúncia do perverso modelo econômico adotado pelo Brasil nas últimas décadas do que propriamente com o jovem. Por isso, não propõe soluções específicas para esta parcela da população.

Muito recentemente comecou a desenvolver-se um novo tipo de motivação que ganha enorme impulso com o Ano Internacional da Juventude, em 1985, e o grande número de trabalhos que surgiu sobre o tema. Ao contrário das outras motivações, o seu foco é o adolescente e o jovem, e, por estes atores sociais, nutre uma espécie de "empatia". Com relação à questão do trabalho acredita que o trabalho produtivo é um fator de socialização humana crucial, que "estar inativo" significa estar desvinculado de práticas sociais criativas e de possibilidades de desenvolvimento capazes de levar ao bem-estar pessoal e contribuir para o bem-estar das sociedades e dos países em que vivem. Braslawsky sintetiza a postura de quem opta por esta motivacão. "Ouem adota esta motivação não pensa no desperdício que a inatividade de jovens significa para o desenvolvimento industrial ou para a realização do capital, não se preocupa também com a horda de temíveis indivíduos que podem invadir a segurança dos adultos com tempo ocioso para pensar neles, mas sim nas perdas e riscos que significa a desocupação para cada jovem como indivíduo, para os jovens como grupo e para a geração que hoje é jovem e que provavelmente não solucionará bem seu problema laboral pelo simples fato de envelhecer e tornarse adulto" (Situación y acción de los jóvenes desocupados en América Latina: situación, perspectivas y políticas alternativas, Cintefor, Montevidéu, 1988, p. 86).

Avanços — Permeado por esta motivação e estimulado pelo Ano Internacional da Juventude, já se acumulou hoje um conjunto razoável de análises e estudos sobre o tema escola/trabalho na América Latina. Este conjunto permite detectar pontos consensuais e avanços com relação a análises anteriores ou estimuladas por outras motivações.

Um dos avanços importantes foi assumir que o "trabalho" tem para o jovem um sentido diverso do que para o adulto. De fato, uma das características que identificam o jovem é sua ambição de romper com a família e criar sua própria identidade. Isto é feito geralmente pela participação em outros grupos que não a família ou a escola, sendo que os grupos que se organizam ao redor do trabalho ocupam lugar de destaque. A própria remuneração do trabalho tem para o jovem o sabor de independência, de trunfo para negociação de seu espaço no âmbito familiar. É por isso que, surpreendentemente, vários estudos detectaram que mesmo adolescentes pobres declaram que gostam de trabalhar porque se sentem mais livres.

Outro ponto coincidente nos diferentes estudos é a heterogeneidade de situações que envolve a problemática do emprego jovem. Na verdade, é tal a heterogeneidade da situação laboral dos setores juvenis na América Latina em geral, e especificamente no Brasil, que simplesmente não faz sentido falar da "problemática do jovem brasileiro no mercado de trabalho". Além de dois aspectos — a faixa etária e a autonomia relativa — poucas características laborais comuns perpassam os desafios que enfrenta a juventude popular, juventude camponesa, mulheres jovens, jovens desempregados, juventude universitária etc.

De forma geral, há consenso de que a pior situação é a do inativo fora da escola e sem emprego. Entretanto, ainda que de forma geral o fato de possuir trabalho coloca o jovem em vantagem com relação àqueles que não o tem, é fundamental mencionarse que praticamente um terço dos jovens trabalhadores estão inseridos em três grupos de atividades críticas: as empregadas domésticas, os ocupados por conta própria com baixa qualificação e os trabalhadores rurais. Quem desenvolve alguma destas atividades compartilha na verdade com os desocupados uma quantidade enorme de problemas que, em última instância, se resumem na falta quase que absoluta de um horizonte ocupacional digno e criativo.

Desvios - "Arbitrariamente" (como aliás não poderia deixar de ser), o Ano Internacional da Juventude definiu como jovem a faixa que se estende dos quinze aos 25 anos. Porém, todos nós sabemos que há aqueles que com menos de quinze anos ou mais de 25 podem perfeitamente classificarse entre os jovens. É consensual a proposta de que dados relativos à inserção do jovem no mercado de trabalho devem ser sempre desagregados por sexo - dada a enorme diferença de impacto das mudanças sócio-econômicas sobre cada um dos sexos — e segundo pelo menos duas categorias etárias: 15-19 anos (adolescentes) e 20-24 anos (jovens) — dadas as importantes diferenças de responsabilidades com relação ao trabalho, lazer, família etc., de cada uma das categorias.

No Brasil, um dos desvios mais comuns é agregar em uma mesma categoria indivíduos entre 10-19 anos, sob a denominação de "menores". Qualquer pessoa com um mínimo de bom senso é capaz de perceber o sentido ab-

Não é possível uma análise genérica da problemática do jovem no mercado de trabalho



solutamente diverso do "trabalho" para uma criança de dez anos e um jovem de dezenove. Este tipo de agregação foi, de certa forma, imposto por aqueles que estão motivados bem mais pela denúncia do que pelo interesse em conhecer e solucionar a questão do jovem, exatamente porque este tipo de agregação tende a superestimar o número de "menores trabalhadores".

Detendo-se inicialmente na população jovem masculina, pode-se afirmar genericamente que praticamente um quarto (24,2%) da população de crianças (10-14 anos), um pouco mais da metade (66,6%) de adolescentes (15-17 anos) e a expressiva maioria (84%) daqueles que haviam completado a maioridade legal (18-24 anos) estavam no mercado de trabalho (os dados foram retirados da publicação Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil, Unicef, 1989). Entretanto, agregados desta maneira, estes valores ocultam diferenças significativas entre as situações urbanas e rurais. Entre criancas do sexo masculino, as taxas de participação são cerca de três vezes maiores nas áreas rurais (44,9%). Em ambas as áreas, praticamente metade das criancas que trabalham combinam "escola e trabalho" (urbana 9,1%; rural 20,7%). Aquelas que só trabalham concentramse em sua quase totalidade no Nordeste do país, sobretudo na área rural. As taxas urbanas, ainda que mais reduzidas, referem-se a números absolutos maiores e seus incrementos percentuais foram bem mais importantes. A grande maioria de crianças que trabalham pertence a famílias de baixíssima renda. Entretanto, é bom assinalar que a maioria das famílias que estão em situação de pobreza absoluta não conseguem emprego para seus filhos, o que torna inviável o seu rompimento com o circuito da pobreza.

Diferenças — Os trabalhadores adolescentes não só são muito mais numerosos comparativamente às crianças como também trabalham em condições diferentes. Sua participação absoluta nas áreas urbanas é muito mais significativa e vem crescendo vertiginosamente nos últimos quinze anos, enquanto cai na área rural. A grande maioria daqueles que trabalham na área rural só trabalham, enquanto que nas áreas urbanas é cada vez mais comum a combinação estudo/trabalho. Este tipo de combinação é bem mais comum no Sudeste do país. Nesta faixa etária não é tão estreita a associação entre pobreza e trabalho. Ao contrário, tudo indica que o fato mesmo do jovem trabalhar permite que a família se coloque em posição melhor na escala de distri-



buição de renda familiar. Em parte, isto ocorre porque o salário do adolescente pesa bem mais na renda familiar do que o salário da criança. Os jovens que já completaram a maioridade seguem em geral as mesmas tendências dos homens adultos, apresentando indicadores de participação no mercado de trabalho altos, em torno de 90%, e estáveis neste patamar ao longo das duas últimas décadas. Embora a taxa de participação global tenda à estabilidade, vem crescendo de forma vigorosa, sobretudo nas áreas metropolitanas, o número de jovens que estudam e trahalham

Ao se deter na relação entre sexo e idade pode-se observar que entre as crianças as diferenças mais marcantes ocorrem nas zonas rurais, quando a participação das meninas reduz-se a um quarto dos meninos (17,1%). Na adolescência a tendência mantém-se — metade dos rapazes trabalham, enquanto as moças não chegam a um terço. As oportunidades de trabalho para as adolescentes crescem com muito rigor nas áreas internas e mais desenvolvidas do país.

A possibilidade de combinar escola/trabalho é muito menor entre as jovens em todas as faixas etárias consideradas, tanto na zona rural como na zona urbana. É verdade que a proporção daquelas que somente estudam é bem maior, mas é preciso lembrar que uma parte substancial delas desempenha trabalhos no âmbito de sua própria casa e que, portanto, não são computadas como trabalhadoras.

Sem cabeca? — A importância da questão da relação escola/trabalho merece destaque e detalhamento. É altamente recorrente a afirmação de que a necessidade imperiosa de trabalhar força o jovem pobre a abandonar a escola ou a ela não ter acesso. Esta situação pode estar ocorrendo em algumas regiões específicas do Brasil, concentradas no Nordeste, onde a agricultura depende ainda do trabalho familiar. Entretanto, uma série de estudos já apontou que a tendência dos anos recentes na América Latina, e no Brasil em especial, não é bem esta. Entre as crianças, é bastante comum que a entrada no mercado de trabalho ocorra quando a família, motivada inclusive pela própria escola, assume que a crianca "não tem cabeça para o estudo", ou é a própria criança que, após repetidos fracassos escolares, envergonhada, decide trabalhar. Na verdade, a contribuição da criança para a renda familiar é tão irrisória que a família preferiria mantê-la na escola. Em resumo, a incapacidade do nosso sistema escolar de manter crianças carentes na escola é um dos fortes fatores da evasão escolar e a fuga para o trabalho.

Já entre os adolescentes e jovens a dinâmica escola/trabalho é diversa. Até aproximadamente meados ou final dos anos 60, os jovens incorporados ao sistema educativo nos níveis ginasiais, secundário e superior e os jovens trabalhadores, desocupados, subocupados, pertenciam a setores sociais distintos. Os primeiros provinham de setores médios e altos, os segundos

A ineficiência do sistema educacional é um dos fatores da evasão escolar e da fuga para o trabalho



Uma parcela expressiva de jovens trabalhadores tem baixa qualificação técnica e vive de trabalhos autônomos

dos setores populares e pobres. Atualmente a situação é algo diversa. Uma parcela cada vez mais significativa de adolescentes e jovens tem acesso ao nível de educação primária e até secundária, mas não pode permanecer no sistema educativo a não ser que estejam exercendo alguma atividade remunerada conjuntamente. A necessidade de melhorar os deprimidos salários familiares, sua própria origem social e outros fatores, entre os quais o alto valor credencialista da educação, o impulsiona para conseguir um trabalho. Frequentemente, só trabalhando é que conseguem manter-se na escola, em cursos noturnos. A tendência à generalização da categoria de jovem trabalhador-estudante é uma das características mais peculiares da situação da juventude latino-americana em relação ao restante do mundo.

Incorporação — Neste item cabem ainda duas considerações finais: é fato amplamente conhecido que o dinamismo da economia industrial em franca expansão nos anos 70 incorporou aceleradamente mulheres, inclusive casadas e com filhos, no mercado de trabalho. O que é menos conhecido é que incorporou também significativo contingente de adolescentes, sobretudo do sexo masculino, e que esta tendência vem mantendo-se nos anos de crise. Um conjunto de indicadores mostra que tanto as mulheres quanto os jovens participam de duas modalidades de emprego geradas neste período: o formal e o informal. Durante o decênio de 70, o crescimento da participação de crianças, e sobretudo de adolescentes e jovens, localizou-se principalmente no setor secundário da economia e, dentro deste, entre os empregados. Aparentemente, aqueles que conseguem inserir-se nos setores mais formalizados da economia conseguem também manter-se na escola e com isso romper o circuito da pobreza. Embora a incorporação mais significativa tenha ocorrido no setor secundário e formalizado da economia, mais de três quartos da população ativa de criancas e adolescentes e pelo menos metade da população ativa de jovens desempenham tarefas de pior qualidade, onde é maior o vai e vem da economia, onde não existe o mínimo amparo trabalhista e recebendo um pagamento ainda inferior ao dos adultos. Naturalmente a situação das moças, como sempre, é muito pior.

A condição de jovens dos estratos médios não é também confortável. Existe uma defasagem notória entre o sistema educativo e o mercado de trabalho que conduz a insatisfações ou incompatibilidades de diferentes tipos: desempenho de tarefas de menor qualificação que a formação recebida, atividades para as quais foram formados perdem importância ou simplesmente desaparecem, o que resulta em alta desocupação para profissionais jovens.

A heterogeneidade de situações descritas (inclusive entre os setores pobres) deixa claro que o problema só poderá ser minimizado na medida em que se identifiquem e se instrumentem soluções específicas.

Certamente o melhor caminho não é a enorme generalização contida nos estudos motivados por simples denúncias ou os sofisticados programas de "impacto", em geral bastante equipados mas de raio de atuação curto. Neste sentido, pode-se afirmar com boa margem de certeza que não existem no Brasil definições em torno de uma política para o emprego juvenil, muito menos existem formulações de políticas que contemplem a heterogeneidade de situações.

Ações variadas — Fica claro que o papel do sistema educativo é decisivo. Para ser efetivo é fundamental superar o princípio liberal da "igualdade de oportunidades" e assumir que a heterogeneidade de situações propõe que se trate "desigualmente os desiguais" para diminuir as distâncias sociais.

O sistema de educação formal deve estar montado de tal modo que tenha como objetivo a cobertura total, e que se converta em "captador" e não em "expulsador" de jovens, que não esteja estruturado com mentalidade finalista, que abra a oportunidade de saídas intermediárias sem que isto estigmatize o jovem como "fracassado" ou "desertor".

Da perspectiva do emprego, devemse naturalmente assinalar os pontos que atingem a população como um todo, tais como: criar empregos produtivos, corrigir desequilíbrios na estrutura ocupacional, enfrentar decididamente a queda do poder aquisitivo dos salários não só por razões éticas, mas também por critérios econômicos, já que com isto dinamiza-se o mercado interno e o comércio inter-regional.

Os planos de ação implementados no campo do emprego dos jovens poderiam caracterizar-se em duas modalidades bem diferenciadas. Por um lado, os de ação direta — apoio a empresa de jovens, apoio ao trabalhador jovem por conta própria etc. — e, por outro, os de ação indireta — exoneração de impostos em empresas que contratem jovens etc.

Uma última consideração de maior importância: dada a dinâmica demográfica brasileira, nos próximos quinze anos a população entre 15-25 será o grupo etário mais representativo da pirâmide demográfica. Neste sentido, devemos nos preparar para conviver com altas taxas de desemprego entre os jovens, e portanto é fundamental instrumentalizar ações de diferentes tipos para minimizá-las; entre elas devese pensar em uma variedade de ações "improdutivas socialmente", mas que tendam a diminuir os ingredientes negativos embutidos nesta situação.

Felícia Reicher Madeira é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

urante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, os muros das grandes capitais ganharam uma nova palavra de ordem: "Pelo voto aos dezesseis anos". A Constituinte acabou aprovando o voto facultativo aos jovens entre dezesseis e dezoito anos, um contingente eleitoral avaliado em 8,5 milhões de pessoas. A batalha agora é saber se esse exército eleitoral está mesmo disposto a assumir sua parcela de responsabilidade num ano em que os brasileiros, depois de 29 anos de jejum, escolherão o novo presidente do país.

Para Paula Palamartchuk, vinte anos, dirigente estadual da União da Juventude Socialista, os jovens têm motivações suficientes para participar do processo eleitoral. "Foram mais de vinte anos de repressão que não permitiram a expressão da juventude. Com o avanço das experiências coletivas surge a consciência coletiva", diz ela, tentando provar sua tese de que os jovens entre dezesseis e dezoito anos não só participarão das próximas eleições, como também votarão com a esquerda, "Nas escolas, nas fábricas, sentimos claramente a vontade da juventude em discutir questões específicas e mais gerais, apontando para programas de renovação, de esquerda mesmo", afirma Paula.

Mas essa não seria uma experiência localizada? Afinal, o contingente de jovens organizados ou preocupados em discutir problemas de sua realidade é reconhecidamente menor em comparação a uma grande maioria que ainda não encontrou canais de participação, ou simplesmente não se interessa em participar de nada. Paula, apesar de reconhecer essa realidade, aposta na tendência natural dos jovens à rebeldia: "A juventude tem um espírito espontâneo, de questionamento e desprendimento. Nesse processo cria-se o espírito crítico. Nossa tarefa é canalizar tudo isso numa perspectiva de massas, transformando os grandes temas nacionais em fatores de politização para garantir o futuro do país".

"Caretice" — Mas se depender de alguns jovens, o otimismo de Paula não irá longe. "Se o Maluf for candidato, eu voto nele", diz Suzane de Melo Couto, dezessete anos, aluna de 2º grau em um tradicional colégio de São Paulo. Ela, porém, nem sabia que para votar é necessário obter antes o título de eleitor. "Precisa disso?", espanta-se. Sua colega, que não quis se identificar, acha o voto, as eleições e os políticos "uma caretice só". E já decidiu: não vai se inscrever e, se puder, desestimulará seus colegas que desejarem fa-

POLÍTICA

A PARTICIPAÇÃO QUE DECIDE

Os presidenciáveis cortejam o voto de 8,5 milhões de jovens entre dezesseis e dezoito anos, um verdadeiro exército que pode decidir a eleição. Será que os jovens estão interessados nisso?

Marco Antônio Piva

zê-lo. Ela acredita que dessa forma estará colaborando para "depurar" o pais. "Todos os políticos são ladrões", afirma.

Esse sentimento generalizado de repulsa à atividade política — talvez, o mais correto seria de repulsa a certas práticas políticas — será, sem dúvida, a maior barreira das organizações de juventude e também dos candidatos que estão de olho nesse exército eleitoral. Em Brasília, por exemplo, até o dia 22 de abril, apenas 1,6 mil dos 83 mil jovens entre dezesseis e dezoito anos tinham se cadastrado. "Esse é nosso grande desafio", admite Virgilio



Alencar, 25 anos, membro da executiva nacional da União da Juventude Socialista. Para reverter esse quadro, a UJS lançou neste início de maio uma campanha em nível nacional para estimular o cadastramento dos jovens. "Vamos tentar mostrar à juventude que a participação dela é fundamental na história do país".

A menos de quatro meses do prazo final de inscrição, o índice de comparecimento nas juntas eleitorais mostra que não bastou a Constituinte aprovar um direito. Falta, agora, incorporá-lo à vida nacional.

Marco Antônio Piva é editor-assistente de Tempo e Presença. Autor de Nicarágua — um povo e sua história (Paulinas).

VIDA DE MILITANTE

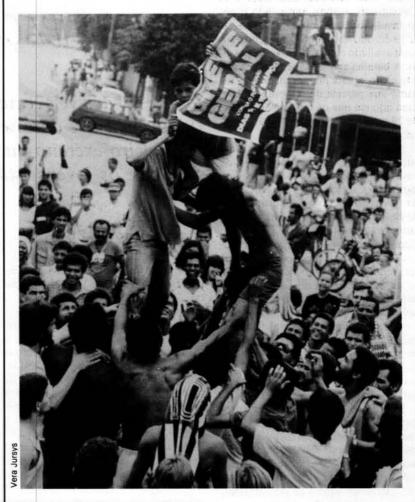


Nem só de militância vive o militante. Tomar cerveja, curtir um rock, namorar e pegar um cineminha fazem parte do cotidiano dos ativistas do movimento estudantil. Desde que sobre tempo, é claro. Paula Palamartchuk acredita que "não tem nada a ver" deixar de fazer as coisas que todo jovem faz por causa da militância. "Gosto de sair, conversar com os amigos, beber. Nosso grupo vai muito em festas. Tudo isso faz parte da gente".

Ao contrário do que alguns imaginam, o interesse de uma expressiva parcela da juventude em tratar bem do corpo e aparecer bem comportadinho diante da(o) namorada(o) não representa uma postura conservadora e alienada. "Vivemos uma outra época e entender isso ajuda a ligar essas coisas com a necessidade de uma participação mais decisiva da juventude", diz Virgilio Alencar.

O que parece que não mudou muito mesmo é a relação com os pais. "Eu particularmente me dou bem com eles, converso muito. Mas conheço militantes que quando chegaram em casa para dormir, a mala deles já estava na porta da rua", confessa Paula. (MAP)

CONSCIÊNCIA NO TRABALHO



Há quem diga que a participação política da juventude está acima da simples possibilidade de votar ainda este ano. Existem outras formas de ação que estão se consolidando com as diversas iniciativas do movimento social. E aí não se trata apenas de movimentos reivindicatórios, mas de ações que mostram um país igualmente em mutação. O grande interesse em debater temas como a defesa do meio ambiente e o sexo aponta numa mesma direção: os jovens estão preocupados com o futuro, individual e coletivo.

O objetivo de ter um futuro melhor em nada se diferencia, em tese, daquilo que pregava o movimento estudantil em 1968. As formas de se chegar lá é que mudaram. O espaço da vida cotidiana mudou para milhões de jovens. Hoje não é mais a escola ou a universidade o centro de inserção social e de convivência coletiva. Os jovens estão, em sua maioria, nos setores da indústria e de prestação de serviços, trabalhando duro para sobreviver e pagar os estudos. É nas fábricas, nos bancos, na construção civil, que a juventude das camadas empobrecidas e mesmo da chamada classe média se encontra. Isto explica a forte presença de jovens no movimento sindical brasileiro, tanto nas bases como nas lideranças. E, na contrapartida, explica também o refluxo verificado no movimento estudantil.

A participação, portanto, ganhou uma nova dinâmica e, certamente, uma nova qualidade. O dia-a-dia da fábrica, estafante e geralmente pouco compensador, é um fator de politização muito maior do que a classe freqüentada à noite, quando o cansaço já tomou conta do corpo. Assim o jovem trabalhador vai adquirindo uma outra postura, talvez não tão aparente quanto a de um estudante, mas suficientemente forte para continuar almejando um país melhor. (MAP)

m dia desses, a mãe de uma garota de quinze anos combinou de levar a filha a uma consulta ginecológica para que lhe receitassem um anticoncepcional. Estava preocupada que a filha iniciasse sua vida sexual correndo riscos de engravidar. Ficou inconformada quando a médica lhe pediu para aguardar na sala de espera enquanto atendia à filha.

Essa situação é um exemplo bem claro de como os pais, mesmo que aceitem que os adolescentes tenham uma vida sexual, encontram dificuldades em admitir que o façam com alguma privacidade.

Às vezes, os jovens que têm um relacionamento aberto em casa preferem não falar nada sobre suas experiências sexuais porque receiam que os pais passem a invadi-los com uma infinidade de perguntas. E, mesmo que tenham a melhor das intenções, estas perguntas costumam vir carregadas de uma certa dose de poder e controle sobre a sexualidade dos filhos. Em outras situações, até mais comuns, encontramos jovens que não abrem a boca para falar de sexo em casa porque as respostas variam do "não pode" ao "não deve", passando pelo "não fica bem".

Não são muitas as famílias que se sentem à vontade para responder perguntas como "a mulher pode engravidar mesmo que o homem não goze dentro dela?". E, no entanto, são perguntas como esta que adolescentes costumam fazer sempre que encontram alguém disponível para o diálogo, disposto a ouvi-los.

Infelizmente ainda está difícil encontrar estes "ouvidos" por aí.

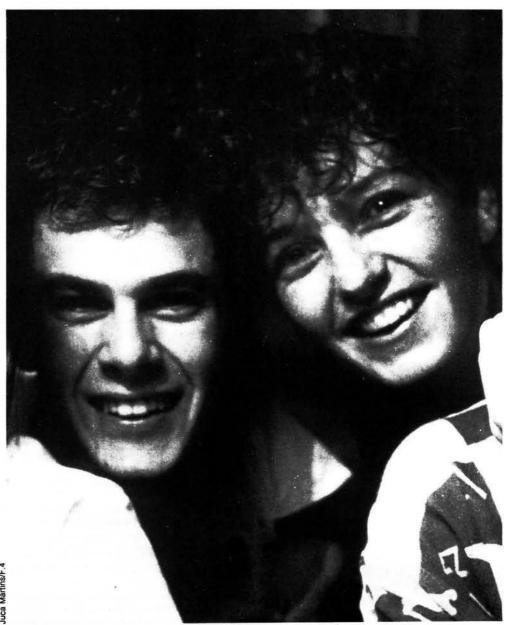
Conteúdos neutros - Mesmo nas escolas, apesar de muitos professores concordarem que os jovens necessitam de informações, não se sentem à vontade para responder a esse tipo de questão. O conteúdo do que convencionouse chamar "educação sexual", em algumas escolas do Brasil praticamente se limitou a informações científicas sobre anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor, processo de fecundação e doenças sexualmente transmissíveis, em geral inseridos no programa de ciências. Mas o interesse dos jovens vai muito além desses tais conteúdos "neutros". Eles também querem saber se a mulher sangra na primeira relação, se a masturbação causa problemas, quanto tempo dura uma relação sexual, quantas ejaculações o homem pode ter, o que se pode fazer para não engravidar etc. E, mesmo priorizando este tipo de informação científica, essas aulas ainda costumam omitir explicações fundamentais. Por exemplo:

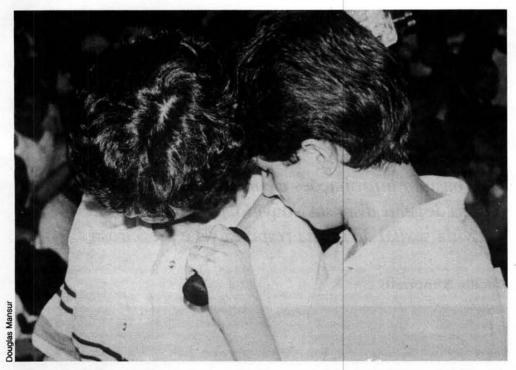
SEXUALIDADE

ATROPELOS DO PRAZER

Não bastam informações científicas. O jovem precisa de gente disposta a ouvi-lo, para desenvolver sua vida sexual de forma responsável e prazeirosa

Cecilia Simonetti





A cidadania dos jovens implica no direito a uma educação sexual que considere a informação, o prazer e a felicidade em 1986 uma equipe de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas entrevistou catorze adolescentes que tiveram seu primeiro filho com a idade de quinze a dezoito anos. Constataram que todas tinham recebido alguma informação sexual na escola, mas nenhuma delas sabia que a mulher pode engravidar logo na primeira relação sexual.

Por conta da dificuldade dos adultos em falar com os jovens sobre relação sexual, porque desse assunto declina logo o tema do prazer, é cada vez maior o número de adolescentes que se assustam ante a notícia de uma gravidez indesejada. Segundo dados da Fundação Seade, publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* de 10 de janeiro de 1989, em 1970, no Brasil, cerca de 7% das mulheres grávidas eram adolescentes com menos de vinte anos de idade. Em

1985 esse índice subiu para 15%.

Na adolescência o corpo muda bastante e tanto o rapaz quanto a moça vivem a expectativa de saber se o "novo" corpo agrada ao outro. Além disso, o desejo sexual é intenso e o namoro abre a possibilidade de realizá-lo e de viver o prazer a dois. Eles querem então falar de namoro, de desejo, de prazer. Querem discutir os valores sociais, os papéis de homem e de mulher que interferem no relacionamento entre os sexos. Em determinadas situações ficam na dúvida sobre que atitude tomar, até onde podem ir, o que os outros vão pensar. Na falta de um bom "ouvido", às vezes se atropelam, tomando como modelo o comportamento de amigos, o que aparece nas revistas, na televisão, sem se dar conta que a sexualidade é única, que todas as pessoas têm e que se manifesta diferentemente em cada uma delas: o que agrada a Pedro pode não agradar a Paulo, Sílvia gosta do que Vera não gosta, e por aí vai.

Direito do adolescente — É certo que algumas informações todos os jovens possuem. Porém, na maioria das vezes, elas estão dispersas e fica difícil para eles, sozinhos, encontrar o fió que as alinhave. A importância do educador reside justamente nesse ponto: alguém que lhes propicie as condições para que encontrem parâmetros próprios e desenvolvam sua sexualidade de uma forma responsável, prazeirosa e pessoal.

Desde a década de 30 se discute a implantação de programas de educação sexual no Brasil. Os argumentos contrários sempre assinalaram que essa era uma preocupação secundária frente à precariedade dos serviços públicos e às necessidades básicas da população, como alimentação, saúde, ensino fundamental etc. Com o problema da Aids, esse debate mais uma vez ganhou a cena. Porém ainda são muitos os educadores e autoridades que continuam discutindo se é o caso de incluíla no currículo das escolas e no atendimento dos postos de saúde.

O que não estão levando em conta é que este é um direito dos jovens, frente ao qual a família nem sempre responde com competência e o respeito necessários. O Estado não pode se omitir a esta responsabilidade e felizmente já há iniciativas apontando nesse sentido: a cidadania dos jovens implica também no direito a uma educação sexual que considere a informação, o prazer e a felicidade.

Cecilia Simonetti é socióloga, assessora técnica da Secretaria do Menor do Estado de São Paulo e consultora da Unesco para o programa de educação sexual da República de São Tomé e Príncipe.



Leia e assine a revista Tempo e Presença

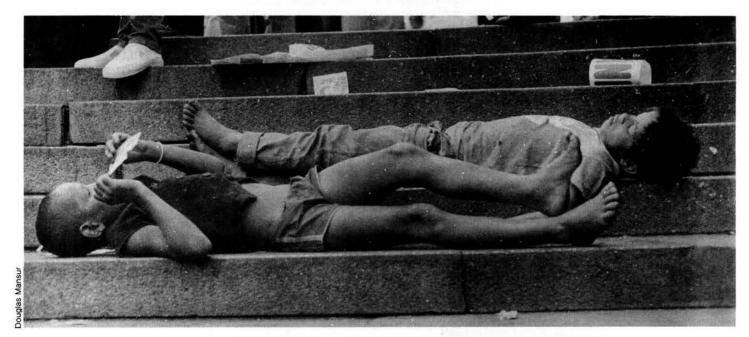
Assinatura anual: NCz\$ 10,00

Assinatura de apoio: NCz\$ 15,00

Exterior: US\$ 30

Tempo e Presença é uma publicação mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares. Publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a revista tem sido um instrumento de reflexão para o ecumenismo comprometido com a construção de uma nova sociedade.

Faça sua assinatura através de *cheque nominal* para o CEDI, Av. Higienópolis, 983, aos cuidados do Setor de Distribuição — 01238 — São Paulo — SP



ala-se muito da relação entre a pobreza e o crime com o intuito de denunciar as péssimas condições de vida das classes trabalhadoras. O efeito dessa afirmação tão repetida, no entanto, não tem sido o esperado. Em vez de melhoras, aumentam os preconceitos contra os pobres, vistos também como criminosos em potencial ou membros das classes perigosas. A denúncia da pobreza, de fato, nem precisa deste argumento para se fazer valer. Não é por serem criminosos em potencial que os pobres necessitam da atenção ou dos serviços do Estado, mas porque, como cidadãos, eles têm direito a isso. O que começou como parte de uma retórica em defesa dos pobres terminou como uma mentira, ao ignorar o fato de que apenas uma pequena parcela da vasta população empobrecida deste país realmente se encaminha para o crime.

Ao mesmo tempo, problemas reais vividos pelos trabalhadores pobres como, por exemplo, as dificuldades e desafios enfrentados por seus filhos jovens, têm sido pouco estudados. Pouco se sabe e se fala sobre o por quê de tantos jovens, eventual e temporariamente, serem atraídos pelas atividades criminosas. E por que, neste caminho difícil de tornar-se adulto, alguns tropeçam e se fixam no mundo do crime? A própria pergunta já sugere onde está a resposta, que deve ser investigada no processo de crescimento e seus percalços.

Afastamento — Na nova pobreza urbana, fruto dos efeitos cumulativos

CRIMINALIDADE E POBREZA

Péssimas condições de vida, afastamento dos pais, falência do Estado e falta de regras de sociabilidade são elementos que explicam, em parte, a tentação do jovem trabalhador em recorrer à violência para sua auto-afirmação

Alba Zaluar



da rápida urbanização e da política de desenvolvimento econômico adotada, surgem alguns fatores que vão influenciar os jovens que se encontram na fase de transição entre o mundo da família, de um lado, e o mundo do trabalho ou da rua, de outro. As relações entre pais e filhos tendem a se tornar mais afastadas, visto que o esforco de trabalho redobrado do chefe de família e a participação maior da mãe no mercado de trabalho deixa cada vez mais a criança e o jovem fora do círculo familiar, ou seja, fora do controle da família. Entregues cada à cultura viril ou de rua.

o sonho de liberdade absoluta torna-se o quadro de uma prisão

Na nova situação, em que os pa-

péis familiares são redefinidos, as instituições que, modernamente, deveriam passar a exercer as funções antes exclusivas à família, não se mostram à altura de suas responsabilidades. É aqui que a falência do Estado no Brasil fica mais patente.

A escola fracassa tanto como socializadora quanto como transmissora de instrução. A evasão escolar aumentou nos últimos anos, especialmente nas classes mais pobres. O ensino técnico e profissional ainda está longe de atender às demandas da indústria moderna e aos interesses dos jovens pelos novos ramos da profissionalização. Há uma defasagem entre o que se aprende e o que se precisa saber para trabalhar.

A polícia tem tido uma atuação confusa sem que se definam com clareza os princípios, bem como os limites, desta atuação. Muitas vezes, por forca de sua política puramente repressiva, o efeito de sua atuação é o oposto do desejado. Termina frequentemente na antipedagogia da corrupção e da violência arbitrária. Todos os jovens ouvidos em recente pesquisa feita em um conjunto habitacional do Rio de Janeiro apontaram as práticas usadas pelos policiais encarregados de ensinar-lhes a lei: tomar suas armas, se porventura as tivessem; tomar-lhes o produto do roubo; soltar-lhes na próxima esquina se apanhados. Isto não quer dizer que a polícia seja desnecessária ou intrinsecamente perniciosa. Ela depende, de fato, de políticas institucionais assentadas e das mudanças propostas por quem a controla, o que, em um regime democrático, inclui a participação da população ou de seus representantes.

Individualismo — Mas é no capítulo da crise de valores, que se segue às profundas mudancas ocorridas na nova situação urbano-industrial, que se encontra o nó da questão. O enfraquecimento dos laços de lealdade e dependência entre pais e filhos, padrinhos e afilhados, patronos e clientes, e de seu mapa de valores ou de símbolos correspondente, não foi compensado pelo aparecimento de um novo mapa a guiar os caminhos dos jovens. Todos os entrevistados revelaram a interiorização de uma ideologia individualista moderna em que a ilusão quanto à independência do sujeito estava atrelada a uma concepção extremamente autoritária do poder. Se o chefe ou o cabeça eram concebidos como homens inteiramente autônomos, esta capacidade do chefe de exercer sem restrições sua vontade fazia-se às custas da submissão sem falhas dos seus seguidores ou teleguiados. Esta relação ficava ainda mais patente no caso das vítimas desses jovens.

Falta, portanto, nessa ideologia, a noção de direitos, que implica a aceitação da palavra, do argumento, da vontade dos outros. Trata-se, então, da visão do indivíduo isolado, atomizado, sem vínculos sociais com seus iguais. Nessa ideologia, cada um luta sozinho para se defender de todos. Por isso mesmo, a guerra é um tema constante para esses jovens e uma realidade tão trágica em suas vidas. O uso constante da arma de fogo para resolver conflitos e provar sua masculinidade leva-os a guerrear entre si e morrer tão cedo. O ethos da masculinidade, muito forte na cultura da rua, constrói-se, entre eles, sem o contraponto do feminino e impõe a necessidade de responder às provocações e às humilhações de modo violento.

Esta lógica cultural é também realimentada pela necessidade de que, para se afirmar diante das mulheres, o jovem tem de estar com dinheiro no bolso e consumir rapidamente o que conseguiu ganhar facilmente. Nessa exibição, nessa orgia de consumo, o jovem cria para si mesmo um círculo vicioso, do qual não consegue sair. É preciso estar repetindo sempre o ato criminoso para ganhar o dinheiro fácil que também facilmente sai do seu bolso.

A falta de regras, que caracteriza uma sociabilidade violenta, acha-se explicitada nas relações comerciais do mundo do tráfico de drogas e nas relacões de poder dentro das quadrilhas, montadas na exploração dos mais jovens e na submissão aos chefes. Daí a rígida separação entre teleguiados e chefes, assim como o emprego de crianças para exercer os papéis de submissão nessas relações. No ritual de passagem que esses jovens enfrentam para se afirmarem como homens donos de sua vontade (ou de sua cabeça), a mesma violência se reproduz na relação com a vítima. A ilusão do momento de poder absoluto sobre o outro seguese a realidade da situação oposta vivida pelo jovem quando ele mesmo é objeto da violência de seus comparsas e da polícia. O que era antes um sonho de liberdade absoluta ou domínio sem resistência possível, torna-se, posteriormente, o quadro de uma prisão. Tão dura e tão desumana quanto a de quatro paredes inventada pelos que se encarregaram de reprimir esse desejo juvenil.

Alba Zaluar é antropóloga e professora da Unicamp.

oje não há tema mais presente, que ocupe mais espaço nos jornais e nas emoções das pessoas do que a violência, sobretudo a violência nas grandes cidades. E o homem comum, não particularmente estudioso das causas do fenômeno, se vê perdido diante desta explosão de crimes e assaltos, e não sabe de onde isso vem, nem como. Terá havido uma mutação da humanidade, a geração de agora é mais delinqüente que as anteriores? E como enfrentar esta violência?

Há duas posições bem definidas. Uns dizem que tudo não passa de falta de um adequado e firme policiamento: a solução é aumentar e endurecer a polícia. Outros garantem que não é nada disso, que assim só se atacariam as conseqüências e não as verdadeiras causas: os problemas sócio-político-econômicos. O que é preciso é modificar toda a estrutura da sociedade.

Gostaria de colocar alguns pontos que podem se revelar úteis para uma discussão que não seja puramente passional. O primeiro é a possível ligação entre as causas e as consequências dos fenômenos da violência: como é que alguém se torna um anti-social e como, depois, se mantém na marginalidade? Aqui talvez seja útil uma alegoria. Porque é que, na adolescência, a gente começa a fumar? Pelo menos na época em que comecei - na década de 50 — a motivação era a necessidade de auto-afirmação psicológica e social. Fumar significava ser adulto, estar livre das pressões familiares, e por aí afora. Só que, um tempo depois, eu já não fumava só em função da causa inicial - auto-afirmação. Outros fatores começaram a se superpor, como a dependência física, a necessidade de diminuir a tensão. Hoje eu fumo por motivos completamente desvinculados das causas iniciais. Meu hábito ganhou vida própria. E o que isso significa? Que, na prática, eu não posso mais combater a minha dependência do fumo, combatendo as causas iniciais.

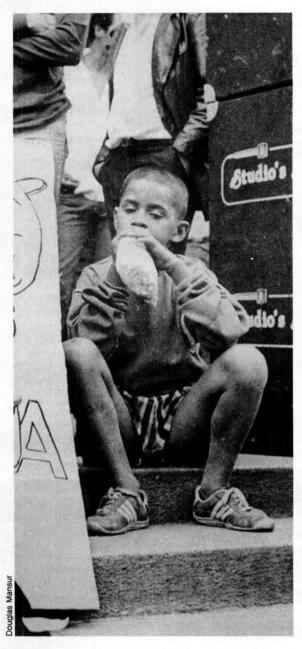
Creio que este tipo de raciocínio pode ser útil para entender o ciclo de delinqüência. Na enorme maioria dos atos anti-sociais, as causas iniciais estão na organização social injusta, uma organização baseada em privilégios e que estabelece uma dinâmica de relacionamento odiosa, perversa, entre aqueles que têm tudo e aqueles que não têm nada. Em si, a pobreza não é um fator de delinqüência. A pobreza igualmente repartida não é a causa de antisocialidade, mas sim a coabitação de níveis desiguais de privilégios: no arcaico capitalismo brasileiro a indigên-



ONDE COMEÇA A DELINQÜÊNCIA?

Oswaldo di Loreto

O fenômeno da violência já atingiu vida própria. Combater suas consequências é pouco eficiente e atacar suas causas é demorado. O que fazer?



Em escala industrial, as periferias produzem cabeças sem imagens positivas cia e a abundância estão diariamente lado a lado, cara a cara. Adaptando a observação de Franco Basaglia sobre os doentes mentais hospitalizados, eu diria que aquilo que mais deve chamar a atenção nos delinqüentes é o quanto eles são pobres. Basta entrar num presídio para constatar isso.

Acrescento ainda que pouco se tem feito para que essas diferenças sociais diminuam. Durante um longo período de vinté anos foi privilegiada uma política de lei de segurança nacional. Todas as atenções e investimentos estavam voltados para a repressão das idéias, da expressão de qualquer movimento de modificação social significativa. Em nome da segurança nacional, descuidou-se a segurança social. Agora que estamos todos com um revólver

no peito é que nos perguntamos pelas causas de anti-sociedade, da violência. Agora é que o assunto começa a tomar o tempo das autoridades e o dinheiro dos orçamentos. Mas não foi num passe de mágica que, em poucos meses, os delinqüentes se multiplicaram nas grandes cidades brasileiras. Foi durante todos esses anos passados que germinou e se alimentou a violência que agora começa a dar o seu troco.

Se é por fome, por que matam? As causas iniciais da delingüência só se explicam, então, a partir da própria violência da organização social brasileira. É a partir da miséria e da falta de condições mínimas de desenvolvimento pessoal que se formaram indivíduos com cabeca totalmente modificada quanto a uma imagem positiva de si próprios e dos outros. Um tipo de cabeça que ainda hoje, em nossas periferias, está produzida em escala industrial. Mas quero dizer que, independente das causas iniciais, estas pessoas já são assim, e é com elas que temos que nos haver. Não importa por que eu comecei a fumar, hoje eu fumo por muitos motivos e nenhum deles tem a ver com a causa inicial. Assim o fenômeno atual da violência já tem vida própria. As causas primeiras já produziram na maioria dos delingüentes consequências definitivas em sua estrutura de personalidade. Mesmo que, da noite para o dia, fossem possíveis modificações sociais, mesmo que amanhecêssemos num socialismo utópico, essas pessoas já não seriam mais atingidas. A situação formada não é mais dialética, é dilemática: a esta altura já não há mais uma saída boa. É sabido que combater as consequências é pouco eficiente e atacar as causas é exasperadamente demorado em produzir efeitos.

No entanto, como combater as consegüências dá a sensação de estar fazendo alguma coisa de efeito mais rápido, cria-se todo um fascínio por este tipo de ação direta. Penso que esta é a leitura adequada do apelo que a população faz ao governo no sentido de agir mais contra a violência. As pessoas mais ligadas à luta do dia-a-dia estão intuindo que, apesar de combater as causas, no momento é preciso haver-se com as consequências: é dessas consegüências que elas estão sendo vítimas. Mesmo sabendo que a contenção de qualquer tipo, como a ação de um aparato policial, ou qualquer coisa que funcione, são úteis mas não abarcam o processo inteiro. Mas também é verdade — e dói dizê-lo — que só medidas de modificação social não são eficientes para o problema já criado. A mera repressão policial não evitaria que continuasse a geração de pessoas com a cabeça seriamente modificada pela injustiça social.

Pode parecer cruel ou exagerado que eu, um psiquiatra ligado à área, fale em cabeca modificada pelas condicões infra-humanas de vida. Eu também gostaria que a miséria tivesse apenas consequências físicas, e não produzisse alterações psicológicas às vezes irreversíveis. Seria tão animador para todos que a delingüência tivesse causas simples e curáveis. A fome, por exemplo. Tenho ouvido pessoas de todos os níveis encantadas com este achado: mas se o problema é fome, por que eles não assaltam um local que tenha comida e vão embora? Por que matar ao menor pretexto, destruir? Ora, como simples e assustado morador de São Paulo, e ainda como trabalhador da Febem, tenho observado que só numa minoria de casos o sujeito está com fome e, consequentemente, vai roubar. No máximo, em 5% dos casos existe esta ligação direta entre fome e violência.

As soluções muito simples partem do princípio de que o delingüente tem uma cabeça igual à nossa. Um pouco de compreensão, de comida, um emprego, e ele fica igual a nós. Só que nós, numa situação de fome, por exemplo, agiríamos bem diferente. Imagine que, por uma circustância qualquer, você está sofrendo uma fome tremenda. O mais provável é que, apesar disso, seus impulsos vão ser bastantes razoáveis e sociais, você vai dar um jeito, falar com alguém, contar uma história, ou até roubar para matar a fome. Mas certamente vai roubar o necessário. Vai ser uma infração às leis sociais nos limites das necessidades para a solução de um problema básico pessoal. Como o Jean Valjean, de Victor Hugo, que honestamente roubou um pão para comer.

Mesmo numa favela, muitos passam fome e nem todos cometem violência em nome dela. Quer dizer, para todos ali existe o estímulo fome, mas as quadrilhas de delingüentes raramente agem em função deste estímulo específico. Eles não roubam porque estão atualmente com fome. O que concretiza especificamente o delingüente é a cabeca modificada, uma personalidade formada sem o cultivo de alguns valores básicos em relação a si mesmo e à pessoa do outro. Com ou sem fome, ele se vê impulsionado para a violência. Em função de quê? Bem, para responder esta pergunta, tão fundamental para a compreensão da delinquência, gostaria de lembrar brevemente alguns postulados básicos de psicologia do desenvolvimento infantil.

Se é pato, depena. Atrapalhou, apaga — No primeiro ano de vida a criança desenvolve dois aspectos decisivos de sua personalidade: o si mesmo e o outro. A imagem de si própria e a imagem do outro. O normal é que a criança forme essas duas imagens a partir de vivências do tipo: eu sou importante, eu sou necessária, eu sou boa, eu sou bonita. Ora, a criança só pode impregnar sua imagem com essas características positivas quando ela tem boas relações humanas.

No segundo e terceiro ano de vida a criança desenvolve os conceitos de propriedade, de moralidade, de socialidade. Também estes são desenvolvidos a partir do tipo de relações familiares e sociais. Quando condições infra-humanas de vida determinam forte deterioração nestas primeiras relações familiares e sociais, há um grande risco de que se produzam graves alterações nas imagens de si mesmo e do outro e nos valores sociais de moralidade, propriedade. Não é difícil compreender que se um indivíduo se sente mal consigo mesmo, é absolutamente compreensível que ele tenha um comportamento coerente com o modo como se sente. Se ele tem do outro uma imagem má, compreende-se o impulso de atacar este outro. Para ele, o outro não é o seu semelhante: é um pato que ele deve, se possível, depenar; é alguém que, se atrapalha, o melhor é apagálo. Afinal, desde os primeiros dias de vida, ele foi olhado como uma indesejável boca a mais, num barraco apertado, por pais absolutamente humilhados e impotentes. Que imagem de si e dos outros ele vai registrar na sua cabeca? Uma pessoa que tenha internalizado sentimentos tão negativos tem tudo para estabilizar em si um comportamento delingüencial, independente de fatores circunstanciais como a fome e o desemprego. E todo o conhecimento científico até hoje acumulado não produziu recursos práticos que permitam modificar uma cabeca assim estruturada — por mais que este seja o sonho urgente da psicologia, pedagogia, sociologia, assistência social.

Assim não fica difícil compreender esta questão paralela: por que muitas medidas tomadas para contornar a situação dos menores carentes — injustiçados — acabam não funcionando? Porque a gênese do problema, a geração de indivíduos com uma cabeça alterada que é produzida em escala industrial, está sendo combatida com medidas técnicas em nível artesanal. Mesmo que a psiquiatria, a psicologia, a pedagogia, a sociologia tivessem recur-

sos muito maiores do que realmente têm, em nível técnico a gente está agindo sempre artesanalmente. Ouantas pessoas um psicólogo consegue ver. atender, influenciar em um dia de trabalho? As técnicas psicoterapêuticas, as ciências humanas, têm que declarar falência diante do problema da delinquência na escala em que se encontra. Como adotar, por exemplo, um eficiente projeto educacional, um bom projeto profissionalizante para a grande massa de menores carentes? É difícil e todos, um a um, têm fracassado. A razão é muito simples. Onde o social, onde o humano foram violentamente feridos na origem, desde os primeiros meses de vida, dificilmente a educação e a profissionalização vão funcionar direito. Falta base. Veja isso lá na Febem. Já do simples ponto de vista intelectual, a molecada oriunda das favelas tem uma base completamente irregular do conhecimento. Um mesmo menino sabe coisas da 7ª série do 1º grau e ignora outras de pré-primário, e tem grande dificuldade em adquirir novos conhecimentos porque lhe falta base, muito lá de baixo. A tarefa aí não é do pedagogo ou do psicólogo, mas de um santo, um semideus.

Do Piauí você liga para o Japão

— Esse aspecto educacional que eu pin-

cei é um dos menores, daria até para contornar. Mas junte a eles as dificuldades no plano afetivo, nas relações humanas, e a tarefa fica mesmo para semideuses. Basta lembrar, por exemplo, a importância, nos tempos de escola primária, da identificação com o professor. Raramente alguém vai bem nas matérias em que tem ojeriza ao professor. Para se aprender alguma coisa, ao menos um mínimo de aceitação do veículo, do professor, tem que existir. E um menino da Febem, de infância lesada desde os primeiros meses de vida, não está muito aberto a receber bem a relação professor-aluno.

Sua dura e precoce aprendizagem foi: gente não é de confiança. Se quisermos ser honestos, temos que admitir que os projetos de educação, de profissionalização, surgem mais como consequência do nosso desespero, já que precisamos acreditar que alguma coisa vai ter que funcionar. Dentro das nossas impotências para lidar com esses produtos humanos tão alterados, a única coisa que faz um pouco de sentido, que tem alguma lógica, é oferecer a esses menores injustiçados uma oportunidade de participação em microssociedades mais justas, mais limpas de privilégios nos seus relacionamentos humanos. Então, aqueles que

Onde o social foi ferido violentamente desde os primeiros meses de vida, a educação não vai funcionar direito



ainda não ultrapassaram certos limites, que ainda não chegaram ao definitivo rompimento de certos valores com o mundo, com gente, podem entrar num processo de recuperação. A tentativa seria reproduzir em um nível microssocial as relações mais justas e humanas que eles não tiveram na sociedade. É o que tentamos fazer, por exemplo, na Comunidade Terapêutica Enfance, uma comunidade para menores com distúrbios de comportamento que mantemos em Diadema (SP). Lá, depois de tentar as mais diversas e sofisticadas técnicas psicoterapêuticas, chegamos à conclusão que só uma organização social mais justa poderia obter bons resultados. O que, de fato, passou a acontecer.

Mas, tanto no nível microssocial,

Repressão ou humanização? O pêndulo vai girar ao sabor dos fatos e das emoções



como no caso de Enfance, como no macrossocial, um fenômeno se reproduz idêntico: a evolução em nível técnico, não acompanhada de uma adequada e coerente evolução da organizacão social, sempre acaba criando mais artifícios do que benefícios. Talvez o Brasil seja um dos exemplos mais notórios do mundo de um violentíssimo desenvolvimento técnico em contraposição a um retrocesso na organização social. A gente anda de boeing, pega um telefone e fala com o Japão, tem todos os antibióticos do mundo à disposição, assiste, via satélite, o que está acontecendo do outro lado do mundo.

Qual o benefício para os 130 milhões de pessoas que vivem no Brasil, de todas essas virtudes técnicas? Migalhas. Em uma cidade do Piauí, sem água, esgoto, para a população doente e oprimida, que adianta o posto telefônico que fala com o Japão? Como se insere, na vida desses indivíduos, a existência dos boeings? Fica como um detalhe desgarrado, anacrônico, absurdo, só aumentando a discrepância entre o que vêem, ouvem, desejam e o que têm. Deve haver uma devastação de valores reais quando chega a novela da Globo a um sertão do Piauí.

O que é verdade em nível dos avancos tecnológicos também vale para os avanços técnicos em nível humanístico. Como vão funcionar dezenas de psiquiatras e psicólogos num bairro de periferia? Conflitos psicológicos ali serão detalhes de perfumaria. Antes de poder usufruir da psicologia, é preciso que o indivíduo conte com uma série de benefícios. Psicologia faz sentido na classe média, para a qual é um valor integrado em seu nível de organização sócio-econômico-cultural.

Na medida em que, de um lado, o Brasil avança tecnicamente e, de outro, retrocede em nível de organização social, cada vez mais vamos inutilizar os projetos de recuperação de delinqüêntes que nosso desespero vai fabricando. Sem levar seriamente o aspecto social em conta, nada há a fazer que seja tecnicamente eficiente e economicamente suportável.

Otimismo fácil e fascismo estéril — A constatação que faço é de caráter realisticamente pessimista. A violência vai continuar. Vamos conviver (se é que conviver é termo adequado) com ela, independente das medidas que se tomarem e que, aliás, pendulam um pouco ao sabor da emoção. Até há alguns anos, as propostas defendiam a humanização dos presídios, a recuperação dos presidiários. Um dia uma mãe e um bebê são mortos em um assalto e o que se pede é que se mantenha toda essa gente rigorosamente presa, que se adotem medidas eficientes de repressão. Daqui a alguns meses, o movimento poderá ser o oposto de novo: "Onde já se viu tanta violência policial: perseguindo bandidos, mataram um pai de família, feriram crianças, é preciso acabar com isso".

Repressão rigorosa, certa humanização. De um extremo para outro o pêndulo vai girar, ao sabor dos fatos e das emoções do momento, refletindo a perplexidade geral em relação às causas e às soluções do problema da delinquência. Creio que soluções imediatas na verdade não existem. E que a dolorosa consciência deste fato, longe de nos tornar irreversivelmente pessimistas, reforce este recado para os que têm poder no Brasil: através de modificações sociais significativas é preciso fazer cessar, na origem, essa geração em escala industrial de cabeças alteradas e predispostas para a delingüência. Do jeito que o país continua, elas tendem a aumentar e a se voltar cada vez mais contra nós.

No momento, o combate à delinqüência exige lucidez e humildade para que não se caia nem no otimismo apressado nem no fascismo estéril. É preciso combater as conseqüências sabendo que isso é pouco eficiente e combater as causas sabendo que os resultados não vão ser rápidos, que talvez nem beneficiem a geração adulta. É como plantar certas árvores cujos frutos só nossos filhos comerão.

Oswaldo di Loreto é psiquiatra em São Paulo e criador da Comunidade Enfance, em Diadema (SP).

a década de 60, muitos jovens do mundo inteiro lutaram das mais variadas formas para reverter o poder desta intelectualização; dos slogans do movimento estudantil "é proibido proibir", "sobre os parale-lepípedos a praia", às palavras de ordem dos movimentos pacifistas "making love not war", que se tornaram a grande bandeira do movimento hippie, todos os grupos lutaram com todas as forças, para devolver a magia ao mundo. Retomar o encanto, a utopia, o sonho, o desejo e as ligações de afeto entre os homens eram estandartes que estavam presentes nos movimentos guerrilheiros, pacifistas, estudantis, sexistas, raciais, enfim, em todos os que acreditavam e queriam ver nascer o novo homem.

Um homem que não estivesse sujeito às determinações econômicas, que pudesse escapar das garras das guerras imperialistas, que não estivesse sufocado pelos rígidos sistemas burocráticos, altamente hierarquizados e interessados na produção de um aparato técnico capaz de lhe dar superioridade sobre as outras nações. Este homem novo teria que reverter tudo isso, o trabalho era árduo e imediato, não se podia esperar, era necessário pôr em prática o desejo de mudança, a crença no próprio ser humano, na sua capacidade criativa, e de alterar o curso da história.

"O sonho acabou, e quem não dormiu no sleeping bag nem sequer sonhou", diria Gilberto Gil alguns anos depois. Sabemos que o sonhar é uma atividade quase que involuntária, mas analisar o sonho e entender o seu significado é um trabalho mais demorado, que requer sobretudo uma reconstituição do que foi vivido, ainda que o tenha sido no inconsciente. Algumas vezes os sonhos trazem imagens que durante anos carregamos conosco, sem que possamos entendê-las, decodificálas, e nos soam como algo alheio a nossa própria mente.

Personagens presentes — Neste sonho específico, de que falam Gilberto Gil e John Lennon, existem vários personagens e situações que por vezes (e até por gosto) preferiríamos tratar como se fossem objetos voadores não identificados. Mas isso não os elimina da cena. Quando assistimos novamente o filme Hair, sentimos o retrato de uma época em que se lutava pela paz e pelo amor, pela liberalização sexual, pelo fim do racismo, pela tomada das ruas e praças; entretanto nos esquecemos da música mais forte do filme: Hare Krishna, Hare Krishna, Hare Hama... e da dança apoteótica que une todos os jovens, sobre as flores HARE KRISHNA

O SONHO ACABOU?

Os avanços da moderna sociedade tecnológica não acabaram com a busca do transcendente. Entre os jovens, isso tem se manifestado de diferentes maneiras. Uma delas é a religião oriental Hare Krishna, um dos fenômenos mais desafiadores dos últimos anos. Sua pregação pacifista tem se constituído em uma nova utopia para milhares de pessoas

Lúcia Helena Gama Azzi

das "guirlandas" espalhadas pelos devotos, que faziam parte do grupo.

Entender a existência desses personagens até os dias de hoje no nosso universo cotidiano requer a reconstituição do sonho em que eles surgiram. Compreender a atração que o grupo ainda exerce sobre alguns jovens, fazendo com que mudem radicalmente a sua forma de vida, é uma tarefa que necessariamente nos remete ao conhecimento do grupo, e ao que ele se propõe.

Foi em meio a estas lutas, na busca desta utopia, que surgiu nos Estados Unidos, munido de um conteúdo pacifista, no ano de 1965, um "swami" (religioso) indiano, enviado ao Ocidente para pregar a mensagem de um grupo religioso para os jovens que estavam em busca de outros modelos de vida social que negassem a materialização da vida e do desejo.

Pregação adaptada — A mensagem, segundo os textos de veiculação do próprio grupo, é antiga. Data de 5000 anos, mas a sua adaptação tendo em vista a pregação no Ocidente foi feita por Srila Prabhupada Swami, que chegando a Nova Iorque, se dedicou à tradução dos textos sagrados para o inglês. O modelo da vida nos templos também sofreu adaptações, principalmente no sentido de abrigar as mulheres, que na origem estariam excluídas da vida monástica. A pregação seria centrada na palavra escrita através de

ricas publicações que seguiriam os refinados moldes ocidentais.

Mas, o que mais atraiu os jovens da década de 60 e 70, que estavam insatisfeitos com as instituições e regras desta sociedade, foi a vida exemplar dos devotos e o conteúdo das pregacões: remetiam a uma vida simples, desapegada dos bens materiais, à procura de uma verdade superior e eterna que estivesse centrada no próprio indivíduo e no controle dos seus instintos. como uma forma de alcançar a Deus. E buscava, principalmente, uma imagem deste como um ser que é repleto de amor, não dita regras, não pune e atrai os indivíduos para o trabalho estritamente devocional, no templo e com a pregação, longe da estruturação de uma instituição religiosa.

O grupo se une com um propósito conscientizador, muito em voga no período, de dar uma luz, substrato de verdade absoluta, à incessante busca dos jovens rebeldes. Naquela época, como de resto em todas as fases de muitas rebeliões juvenis, vários são os grupos que expressam grandes dogmas e arrebanham contingente considerável de adolescentes, que condicionados a obedecer e seguir regras estritas, se vêem totalmente perdidos frente à ebulição proveniente da quebra das regras e hierarquia, que não são mais exclusivas ao âmbito doméstico, mas que passam a fazer parte de uma luta mais ampla. Ou seja, quando o conflito intrafamiliar, natural ao desenvolvimento humano, de gerações, rompe a escala doméstica e encontra ressonância social, os referenciais se multiplicam, e aqueles a quem nunca foi dado o direito de opinar, com toda a certeza, terão um esforço redobrado ao fazê-lo, e muito freqüentemente optam por esquemas que apenas formalmente se diferenciam daqueles em que foram educados. A consciência, em seu sentido

mais valorativo, de dar ordenação "lógica e verdadeira" ao pensamento de outrem, se transforma na palavra chave para o grupo que irá se constituir enquanto um "Movimento para a Consciência Krishna", ainda nos anos 60, e que desde lá agrega jovens por volta de 17, 18 anos, que habitam as grandes cidades do mundo todo.

Proteção divina — Esses adeptos recebem uma iniciação, dada pelo mestre espiritual, e passam a residir no templo, onde cada um vai executar uma função nas atividades cotidianas, necessárias para a manutenção do grupo. Recebem um nome espiritual e devem seguir alguns princípios básicos que se resumem na não intoxicação; são vegetarianos, não bebem e não fumam; não praticam o sexo ilícito; os adeptos só devem se casar com outro adepto e não devem manter relações

RELIGIÃO Caminhos de esperança

Os jovens dizem o que encontram e o que justifica sua adesão às diferentes formas de expressão religiosa

Fé e prática

Por que pastoral universitária?

"Em primeiro lugar porque existe uma identidade comum: uma identidade de fé e de prática. A partir disso, se viu a necessidade de um espaço de discussão e vivência da fé que ainda não existia. Ou melhor, existia mas que foi abortado por todo um processo de repressão. A antiga JUC, por exemplo. Os jovens da pastoral universitária se encontraram a partir de espaços dentro da Pastoral. Eram jovens que militavam dentro do movimento dos sem terra, da CPT, do movimento operário, do movimento indígena, junto do Cimi (é o meu caso) e que, na medida em que entravam em um meio específico, com uma identidade diferenciada das outras pastorais, eles viam, na prática, a necessidade de se criar uma comunidade de jovens universitários".

Qual o significado da religião para o jovem?

"Especificamente para o jovem da pastoral universitária a vivência do discurso e da prática religiosa envolve a questão da utopia, que o remete a um ideal. A caminhada dele dentro do espaço universitário vai estar ligada a toda uma ética, a um conjunto de valores, a um comportamento que vai ser norteado por essa utopia, esse ideal.

"Até a questão que hoje se coloca entre a juventude, da evangelização enquanto missão do jovem e como desdobramento da religião como valor, ela vai ter uma leitura bastante própria dentro do ambiente universitário, a partir da ótica da teologia da libertação".

Maria Tereza Araújo, estudante de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), integra a Pastoral Universitária.

Buscar o Reino

"Aceitar a Cristo" é a expressão comumente usada nas igrejas protestantes para definir a opção, a conversão, o passo que pode (e deve) ser dado por todos aqueles que desejam uma nova vida, com a plena paz e as bênçãos que Deus oferece gratuitamente. Há treze anos atrás, no início da adolescência, participando de algumas reuniões na Igreja Metodista do bairro do Realengo - subúrbio do Rio de Janeiro — aceitei a Cristo. Na minha pouca idade, era dificil ainda compreender o que significava aquela nova vida que Deus me oferecia, perdoando os meus pecados. Porém, era muito bonito integrar um grupo de pessoas — muitos adolescentes como eu — que, a partir de uma relação com aquele Deus que eu aceitava, vivia em comunhão numa amizade que passava pela igualdade e solidariedade. Esse foi o chamado que recebi de Deus naquele momento - integrar aquela comunidade metodis-mas não era ainda a minha conversão.

Figuei surpresa e até decepcionada em perceber, na convivência com a comunidade, que muitas vezes a conversão significava simplesmente mudanças no comportamento - "ser diferente", deixar de fazer o que comprometesse ética/moralmente o novo crente. O chamado de Deus não me fazia perceber a nova vida desta forma. Minha conversão, meu verdadeiro encontro com Deus, aconteceu quando eu, passando por um processo de estudo e reflexão, descobri duas coisas: o Evangelho e o protestantismo. Percebi que o amor de Deus gratuito foi revelado em Jesus Cristo e suas "boas notícias" — a salvação não era individual tão somente como eu ouvia em algumas pregações, a salvação tinha relação com o Reino de Deus, com a transformação do mundo injusto e opressor, que privilegia poucos fazendo perecer a muitos, contrariando a vontade de Deus. Jesus foi crucificado por levar este amor e a busca da justiça para a libertação de vidas (não só da alma!) até o fim. A conversão a Deus, ao Evangelho, significava então um desafio: fazer parte do Reino de Deus e da luta para que ele seja implantado plenamente neste mundo, seguindo os passos de Jesus. A teologia protestante contempla isto na medida em que reafirma a salvação pela graça de Deus e não pelas obras. Deus não exige de nós nada além de praticarmos a justiça, buscando o seu Reino acima de todas as coisas. A fé deu este sentido à minha vida: estar comprometida com as lutas do nosso povo na busca de uma nova sociedade. Congregando hoje numa comunidade metodista da sofrida Baixada Fluminense, este desafio se torna ainda mais forte. Como a fé anda de mãos dadas com a esperança continuo neste caminho...

Magali do Nascimento Cunha, 25 anos, metodista.

que não tenham como fim a procriação.

Até os dias atuais, o serviço essencial dos jovens solteiros iniciados foi a pregação e foi dessa forma, transladando devotos de um lado para o outro do mundo, que o movimento se espalhou por quase todos os países, tendo recentemente se beneficiado com a Glasnot soviética, deixando de ser um movimento clandestino.

Assim, como vários movimentos

que surgiram na década de 60, o movimento Hare Krishna vem passando por uma série de modificações, e não se pode dizer que para estes jovens o sonho também não tenha terminado. Mas com toda a certeza podemos afirmar que é um dos poucos grupos, dentre aqueles que participaram da "década do agito", que consegue ainda se manter inebriado pelo encanto da magia a que se voltaram. Abdica-

ram do desejo de recriar o encanto com as próprias mãos, mas se encontram perfeitamente protegidos pelo encanto divino, que recuperaram da literatura oriental.

Lúcia Helena Gama Azzi é mestranda em Sociologia da Religião na USP, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fundap).

Toque do Espírito

Participo da Igreja Assembléia de Deus há muito tempo. Conheço sua doutrina e com ela me identifico, pois através dela recebi o toque do Espírito Santo de Deus em minha vida. Esse toque me fez perceber que esse mundo nada mais é do que um grande "lamaçal", que se formou e cresceu por causa do distanciamento de Deus porque as pessoas não conhecem ou não reconhecem seu grande amor. Isso fortalece o poder do Mal e este mundo se torna um mundo de dor. Mas Deus é mais poderoso - sua força é muito maior do que a correnteza do "lamaçal", bastando apenas às pessoas, para que se salvem, que reconheçam essa força e se rendam a ela. Foi a experiência que vivi. Sinto o aquecimento do Espírito de Deus em minha vida, tornando-me mais forte para vencer os obstáculos. Assim posso glorificá-lo e servi-lo. Este é o sentido da religião na minha vida. Todos os homens têm que ter alguma coisa que os leve a pensar em Deus e dedicar o seu tempo a Ele. Isso vem desde o princípio da humanidade. O homem pecou e se afastou de Deus, mas a religião existe para religar o homem ao céu, para religálo a Deus. É um dever do indivíduo pensar em Deus, fazendo com que Ele seja parte da sua vida.

Edmilson Gomes de Araújo, 23 anos, Igreja Assembléia de Deus (Duque de Caxias/RJ).

Existe "algo mais"

Conheci o Santo Daime há três anos, e lembro que me impressionou no momento a presença da natureza no lugar, assim como nos hinos que são cantados no ritual. Outra coisa que me marcou profundamente foi a naturalidade das pessoas, ou seja, cada um era si mesmo, com todas as suas qualidades e defeitos, sem querer aparentar nada, coisa que não tinha visto em nenhum outro lugar (as pessoas sempre apresentam uma "imagem" conforme o meio em que estão, mas depois fui descobrir ser muito difícil aparentar alguma coisa perante a luz do Daime). Ao mesmo tempo, me chocou o caráter cristão, com os hinos fazendo muitas referências a Jesus, à Virgem Maria e a São João, o que eu considerava "careta", pois tinha como parâmetro o catolicismo, religião com a qual não me identificava.

O encontro com o Daime foi o encontro com a centelha Divina dentro de mim, me dando uma nova consciência da vida. Foi o encontro, dentro do meu coração, com a luz do Cristo e da Virgem Maria, me fazendo chorar de emoção, coisa que nunca antes tinha me acontecido, sendo eu extremamente racionalista. Fui percebendo então quão endurecido estava e o enorme egocentrismo em que vivia.

O trabalho com o Santo Daime é de expansão da consciência, é ir ao encontro do desconhecido dentro e fora de nós mesmos, não como fuga da realidade cotidiana, coisa que caracteriza os consumidores de drogas, mas como um caminho de conhecimento, no qual temos que dar prova nas ações, no cotidiano, de tudo quanto aprendemos.

E assim fui (e ainda vou) modificando os princípios fundamentais de minha vida, colocando no lugar da vaidade, do orgulho e da busca do prazer os alicerces de uma nova vida, baseada na humildade, no amor ao próximo e na dedicação ao trabalho, material e espiritual. Fui descobrindo que a grande luta interior é contra o orgulho, que se apresenta camuflado sob as mais variadas formas. Mas lutar contra o orgulho não quer dizer desvalorizarse, ao contrário, é fazer brotar as qualidades divinas que existem em nós, valorizando assim nosso ser e nosso Criador. É como andar na corda bamba, exige muito equilíbrio.

O caminho é muito longo, e a cada dia vejo mais coisas a transformar, dentro e fora do meu ser, ao mesmo tempo que a vida neste planeta se torna cada vez mais difícil (os jornais que o digam); portanto, para mim (e para muitos outros que já perceberam isso), o tempo não é mais para se "curtir a vida", mas para se limpar de toda impureza interior que dificulte o nosso encontro com o Criador, alcançando assim verdadeiro prazer e felicidade duradoura.

Graças a Deus a cada dia se torna mais viva na terra a consciência de que existe "algo mais" além da realidade concreta que nos rodeia, e esse algo mais é o caminho espiritual, seja ele da forma que for. O Santo Daime é um dos caminhos (de forma alguma o único) para nos reencontrarmos, a nós e a Deus. É o caminho onde me encontrei. Agradeço a Deus por tê-lo aberto, e peço a todos que respeitem o nosso direito de segui-lo, ainda que não o compreendam.

Obrigado.

Flávio Ribeiro de Souza, fotógrafo, 24 anos.

A Igreja do Santo Daime foi criada em 1930 por Mestre Irineu que, morando na Amazônia, conheceu o auasca, um chá consumido nos rituais religiosos dos indígenas andinos. À infusão do auasca — que segundo muitos provoca efeitos alucinógenos —, ele incorporou práticas cristãs, africanas e de origem indígena. O Santo Daime é identificado com Jesus Cristo.

A seita mantém uma colônia no interior da Amazônia e filiais em várias cidades da América Latina. No Brasil, a presença é maior em Belo Horizonte e Rio de Janeiro, onde é expressiva a participação da juventude de classe média alta.

EMÍLIO RODRIGUES (1947-1989) COMPROMISSO COM A VIDA



Fé e solidariedade: a herança de um militante Os ocupantes do conjunto habitacional Onze de Abril, em Alvorada (RS), lutaram muito pelo posto de saúde. Ele acabou sendo instalado na sede da Sampas (Sociedade de Amparo e Ação Social), organismo dos ocupantes. Na frente dos blocos, aquele prédio branco, com crianças correndo no pátio, sinal da saúde daquela gente que sabe lutar.

Nenhum ocupante do "Onze" esperava ter que velar ali o corpo de um companheiro aguerrido. Emílio Flávio Pires Rodrigues estava morto (19 de março, 1989). Seu coração não agüentou. Os amigos, a família, os companheiros de tantas lutas, tiveram de chorá-lo. Foi um dia triste. Começo de outono, chuva fina e lamacentos os caminhos do "Onze". Uma das tantas companheiras lembrou: "Foi num dia como esse que a gente ocupou".

Muita gente que não se conhecia, veio a se conhecer ao se aproximar do caixão. Gente de igreja, gente do "Onze", gente sem-terra da fazenda Itapui, gente do CEDI, gente do Partido dos Trabalhadores, gente do movimento sindical... Muitos que, além de companheiros de luta popular, eram amigos do Emílio. Ele fazia política com paixão. Fazia movimento popular com fraternidade. Fazia trabalho pastoral com fé no Evangelho libertador. Fazia sindicalismo com solidariedade. Ele fazia amigos, antes de fazer companheiros de luta.

A partir da sua inserção social e da formação acadêmica como sociólogo, Emílio integrou-se à equipe do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante no Sul, deu muito de si a ela. Era difícil acompanhá-lo na rapidez do raciocínio e na velocidade que imprimia às articulações. Atuava no Capacidade, um órgão em formação da 4ª Região Eclesiástica da IECLB para a pastoral urbana. Fora eleito pelo Conselho Diretor da IECLB para a Comissão de Projetos desta Igreja. Participava da comissão de redação do documento "Raízes da fome e da injustiça no Brasil" para a Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial em Curitiba. Trabalhava com a pastoral da Saúde da Igreja Metodista e com a juventude da Ubraje. Estava organizando um intercâmbio entre os ocupantes do "Onze de Abril" e os sem-terra, agora trabalhadores rurais, do assentamento na fazenda Itapui. Procurou regionalizar a assessoria da equipe do PP às juventudes, tinha acabado de fazer contatos com Santa Maria. Estava com grandes esperanças em uma articulação entre sindicalistas autênticos da Grande Porto Alegre e o Programa.

É difícil aceitar a realidade desta morte. Há, no entanto, uma sensação diferente. A morte do Emílio não teve nenhum sentido, mas a sua vida teve muito significado. "Sua morte parece mais convocação para a luta do que para o luto. Seu luto é agora a nossa luta". As pessoas, emocionadas, falavam assim. Esta mensagem o povo apreendeu.

O povo entendeu o Emílio, mesmo que não tenha entendido a sua morte. Foi-se o companheiro que permanece, mesmo assim, em cada gesto, em cada momento da luta que é de todos. O Emílio fará muita falta, é verdade, mas, como disse o representante dos sem-terra: "Estamos enterrando o Emílio. Mas vão brotar dez Emílios".

Emílio agora é Marinês, sua companheira amorosa. É agora Gabriel, o filho de pouco mais de um mês, que verá o pai na luta de seu povo.

Núcleo Sul do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.



Aconteceu

Assinatura anual NCz\$ 5,00

América Latina: US\$ 60

América do Norte: US\$ 85

• Europa, África e Ásia: US\$ 100

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênimo de Documentação de Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

m etapas diferenciadas, os Yanomami — como sempre aconteceu com os povos indígenas — passaram a ser submetidos a um violento processo de invasão de suas terras, de sua cultura, acompanhado pela devastação da natureza. Uma das primeiras invasões maciças de garimpeiros começou a partir dos anos 70, em pleno apogeu do "milagre" brasileiro, durante a ditadura militar.

O início da construção da Rodovia Perimetral Norte (BR-210) — com recursos do Programa de Integração Nacional, do governo Médici — abriu caminho para o avanço das empreiteiras e dos peões. Ao longo da rodovia, que corta a área em sua parte sudeste, os Yanomami passaram a ser afetados pelas doenças levadas pelos invasores, tais como o sarampo, a gripe, a tuberculose, a malária e as doenças venéreas.

Estes dezenove anos — de 1970 até agora — têm sido marcados pela progressiva destruição de todo um povo, apesar dos protestos nacionais e internacionais.

Em 1975, o Projeto Radam-Brasil, de aerofotogrametria, revela a existência, em território Yanomami, de minerais estratégicos e preciosos, como o ouro, a cassiterita e materiais radioativos. Intensifica-se, a partir de então, a corrida ao Maciço das Guianas, enquanto toda essa região é apontada como o novo "Eldorado" para as empresas privadas brasileiras e transnacionais e para o próprio Estado.

Bem antes dessa data, no entanto, todo o território brasileiro já vinha sendo loteado pelas empresas e grandes grupos mineradores, estimulados por um Código de Mineração feito à medida dos interesses privados. Hoje, não somente a área Yanomami, mas também a maior parte do subsolo brasileiro, onde quer que existam recursos minerais, estão loteados em dezenas de milhares de áreas para pesquisa e lavra minerais. É uma imensa reserva de mercado, acima de qualquer outra consideração, principalmente, acima da vida de quem habita sobre esse subsolo.

Dados do antigo Ministério da Ciência e Tecnologia indicavam que, no ano passado, os grupos econômicos da mineração detinham, na Amazônia legal, uma área bloqueada de nada menos de 1,3 milhões de quilômetros quadrados, correspondendo a 80% de toda a área requerida para mineração no Brasil.

Até abril de 1986, haviam sido concedidos 537 alvarás de pesquisa sobre terras indígenas na Amazônia e outros 1.732 requerimentos aguardavam deferimento, segundo pesquisa do Centro YANOMAMI

O PERIGO DO EXTERMÍNIO

De 1970 até hoje o povo Yanomami vem sofrendo seguidas invasões de seu território. Resultado: conflitos, doenças e morte ameaçam a existência de uma das nações indígenas que mais vive as tradições culturais de seus antepassados

Dermi Azevedo

Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage). Dados do CNPq indicam, também, que os grupos estrangeiros detêm interesses e reserva de mercado sobre 38% do subsolo brasileiro, enquanto os grupos nacionais controlam 35% e as empresas estatais, 27%.

Estado eminentemente indígena, Roraima tinha, em 1986, 640 parcelas do seu subsolo bloqueadas pelas empresas de mineração, conforme dados do CEDI/Conage. A ocorrência de cassiterita na Serra de Surucucus, conhecida desde junho de 1975 e situada em plena área Yanomami, é um dos alvos mais visados pelas grandes empresas mineradoras e pelos garimpeiros. Surucucus possui, também, ouro, minerais radioativos e terras raras.

No Estado de Roraima, a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima) interessa-se, desde os anos 70, em explorar os minérios nas terras Yanomami, através de processos semimecanizados, que são compatíveis com a extração de ouro de aluvião. Isso significaria a continuação da situação atual, de invasão das terras Yanomami.

Hoje, os invasores avançam sobre todo o território Yanomami e, inclusive, reconstróem as pontes da semidestruída Perimetral Norte, na corrida desenfreada aos minérios e à riqueza, custe o que custar. Ano após ano, a tragédia assume novos contornos:

Em 1985, a Serra de Surucucus é novamente invadida, com aviões, armas e apoio logístico de fazendeiros e garimpeiros. Os responsáveis foram expulsos, mas permanecem impunes.



Em 1987, verifica-se uma nova onda de invasões. Conflitos entre garimpeiros invasores e Yanomami provocam várias mortes. No Congresso Constituinte, as empresas mineradoras formam o seu grande "lobby" antiindigenista que enfrenta, porém, a resistência dos próprios índios e de seus aliados.

Em 1988, o quadro torna-se ainda mais grave. O próprio governo afirma a existência, em território Yanomami, de cerca de 45 mil garimpeiros. O governo do Estado de Roraima foi entregue a Romero Jucá, ex-presidente da Funai, homem de confiança das mineradoras e dos empresários do garimpo.

O Estado brasileiro atua, paralelamente, como padrasto dos índios. A imprensa descobre, em 1986, detalhes sobre o Projeto Calha Norte, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, dentro de critérios geopolíticos. Sob o pretexto de defender as fronteiras brasileiras, os autores do projeto desenvolvem a fantasiosa teoria da "criação" de um "Estado Yanomami" na fronteira Brasil/Venezuela e logo começam a investir em infra-estrutura militar na região norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

Os Yanomami vivem numa área contínua de 9 milhões de hectares, desde épocas remotas. Mas a tentativa de isolá-los e separá-los em "ilhas", obedecendo a objetivos geopolíticos, é um dos componentes do processo de invasão de seu território, desde os anos 70.

Em fevereiro deste ano, o presidente José Sarney assinou nada menos de dezenove decretos que dividem a área contínua dos Yanomami em dezenove parcelas. Esses decretos reduzem o território Yanomami em 70%, com relação às terras por eles permanentemente ocupadas. Além dessa drástica redução, o que sobrou foi retalhado em dezenove "ilhas", totalmente inadequadas para a sobrevivência desse povo.

Com isso, corta-se o acesso dos índios Yanomami a áreas mais extensas, de que precisam para a caça, a pesca e para os seus deslocamentos periódicos, necessários à regeneração ecológica de suas terras.

Ao mesmo tempo, a coesão e a identidade dos Yanomami ficarão irremediavelmente atingidas, já que, vivendo em "ilhas", terão dificuldades para continuar seus contatos econômicos, cerimonais e, inclusive, matrimoniais. Isolados, os Yanomami ficarão mais expostos ainda às doenças infecciosas e à cooptação levada pelos "civilizados".

Ao receber recentemente, em Brasília, o Prêmio Global 500, das Nações Unidas, Davi Yanomami afirmou que "o homem branco está andando no escuro e está cego pelo brilho do ouro e, por isso, não enxerga a gente". Ele disse, também, que os Yanomami estão morrendo por causa da invasão de suas terras e que os invasores "estão envenenando e sujando os igarapés, derramando mercúrio, acabando com os rios, matando a natureza". Davi lembrava que essa destruição "não é boa, nem para os índios, nem para os brancos".

Os garimpos utilizam o mercúrio que contamina as águas. Formam-se, também, grandes poças d'água, focos de mosquitos transmissores de doenças, especialmente a malária. Todo o ecos-

sistema do Maciço das Guianas está comprometido. Este comprometimento atinge todo o Estado de Roraima e toda a sua população, indígena e branca.

Todos os brasileiros e cidadãos e cidadãs do mundo, comprometidos com a causa da justiça e da paz, têm que desenvolver uma ação urgente para evitar que os Yanomami desapareçam. E para impedir que sua identidade, sua cultura, sua vida sejam irremediavelmente desfiguradas.

Neste sentido, precisamos unir esforços em torno de pelo menos quatro medidas:

1. A urgente demarcação da terra tradicionalmente ocupada pelos Yanomami, numa área contínua, respeitando seu "modus vivendi", com base na Constituição brasileira;

 A revogação imediata dos dezenove decretos presidenciais, de 19 de fevereiro de 1989, por significarem a destruição física e cultural dos Yanomami;

 A retirada imediata e definitiva dos garimpeiros que ocupam as áreas Yanomami:

 Responsabilizar criminalmente todos os que favorecem o genocídio dos Yanomami ou se omitem na adoção de medidas para evitar esse crime.

Finalmente: a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) jamais se posicionou ou tomou partido em favor de políticas e medidas que significassem ferir a soberania brasileira e a integridade de nosso território. Elas têm que ser respeitadas e asseguradas.

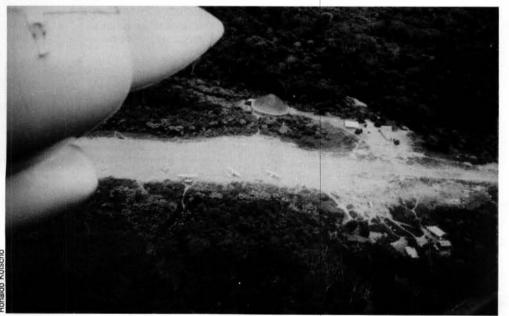
Relativamente ao povo Yanomami e a outras comunidades indígenas, postulamos o que determina a nova Constituição que, pelo parágrafo 3º, do artigo 231, Capítulo VIII — Dos Índios, declara: "O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação no resultado da lavra, na forma da lei".

Esta é a forma moderna, democrática e compatível com os direitos humanos de se equacionar soluções que atendam às necessidades das minorias indígenas, que no Brasil, desde a descoberta, em 1500, vêm sendo dizimadas e colocadas frente a situações dramáticas e irreversíveis e diante de fatos consumados que significam apenas uma coisa: a morte e a miséria.

Dermi Azevedo é editor da Agência Ecumênica de Notícias (Agen) e repórter da Folha de S. Paulo.



O território



são mais de 20 mil índios. Para os brancos, eles são Yanomami. Para si mesmos, são Yanomami, Yanomam, Sanumá, Yanam. Seu território é a floresta tropical, que se estende das cabeceiras do rio Orinoco, na Venezuela, para além do traçado da rodovia Perimetral Norte, no Parasil

A tradição oral indígena e o relato das expedições científicas enviadas a essa região, desde o século 18, comprovam a presença Yanomami nessa área muito antes da definição dos limites dos Estados nacionais.

O povo indígena Yanomami é o maior das Américas que, em sua maioria, continua vivendo as tradições culturais de seus antepassados.

Uma grande parte dos Yanomami escolhe os locais de residência em terreno alto, longe de grandes rios, o que pode transformar as viagens a pé entre comunidades um exercício de subidas e descidas, às vezes a mais de 45 graus de declive. A maior parte das comunidades abastece-se de água de igarapés ou nascentes.

Nesses igarapés está inscrita uma geografia que também é história.

Esses igarapés estão muito presentes nos relatos históricos, nos movimentos de gente, de aldeias, de animais e de espíritos. É como se fossem as veias e os capilares que regam não só de água, mas de memória e significado cultural, o corpo prático e simbólico da sociedade Yanomami.

Trilhas e histórias — Igualmente importantes são as trilhas que ligam as várias aldeias. Mais diretas que os igarapés, elas traçam caminhos repletos de informação que os Yanomami vão contando em viagens curtas de poucas horas ou longas de dias inteiros, informações sobre memoráveis caçadas, encontros amorosos ou com espíritos, flagrantes de inimigos escondidos.

Essas trilhas, que se irradiam de cada aldeia, constróem uma elaborada
teia de caminhos, ligando roças novas
e velhas, territórios de caça, locais de
coleta e pesca, acampamentos de verão,
aldeias vizinhas e aldeias distantes. É
como se fossem nervos condutores de
sentido, perpassando aldeias, roças,
mata e o sobrenatural. Trilhas e igarapés, como que compondo um sistema
de nervos e veias, tecem a trama intrincada de uma topografía que se humaniza ao inscrever eventos marcantes, incorporando-os ao mundo de saberes e
representações do povo.

Os Yanomami cultivam mandioca, macaxeira, cará, taioba, batata doce, banana, cana-de-açúcar, mamão, fumo e vários tipos de plantas utilizadas

A VIDA DO POVO YANOMAMI

Alcida Ramos



Davi Yanomami (abaixo): símbolo da luta pela sobrevivência de seu povo

na produção de artefatos como flechas, ornamentos e substâncias de valor mágico-religioso.

A floresta, da qual as roças são pequenas transformações temporárias, é a base para a circunscrição territorial de uma aldeia ou grupo de aldeias. O conceito Yanomami de floresta carrega, entre outras coisas, a idéia de lar, o lugar ao qual se pertence, "a terra de minha gente". Deixa transparecer o conforto e o aconchego do que é familiar.

Caçar para viver — A floresta fornece a caça e a coleta. Domínio masculino por excelência, a caça pode ser feita individualmente ou em grupo, no dia-a-dia ou para rituais. A primeira é praticada o ano inteiro, enquanto a coletiva é organizada mais na seca, envolvendo homens de uma única





Exposição mostra sinais do genocídio

A exposição "Genocídio do Yanomami: morte do Brasil" mostra, através de um áudio-visual com sistema de multivisão, a vida tradicional dos Yanomami e as conseqüências, para os índios e a floresta, do contato com a civilização. A exposição, que começou em São Paulo, deverá percorrer vários estados brasileiros.

O povo indígena Yanomami, o maior das Américas que ainda mantém praticamente intactas as tradições culturais de seus antepassados, vive na Amazônia, na fronteira do Brasil com a Venezuela, numa área de 9 milhões de hectares de florestas tropicais, lagos e montanhas que é uma das maiores reservas ecológicas do mundo.

Isso tudo está agora ameaçado de desaparecer. Nos últimos dois anos a região vem sendo invadida ilegalmente por milhares de garimpeiros que, na procura por ouro, destróem a floresta e envenenam os rios, levando doença e morte aos índios.

A exposição, baseada em vinte anos de trabalho da fotógrafa Claudia Andujar entre os Yanomami, homenageia o índio Yanomami Davi Kopenawa, que recebeu o Prêmio Global 500 das Nações Unidas por sua contribuição à luta em defesa do meio ambiente. Os organizadores da exposição esperam atrair o apoio do maior número possível de pessoas à causa Yanomami, pois disso depende a sobrevivência desse povo. É um apelo feito à sua consciência.

Comissão pela Criação do Parque Yanomami — CCPY

aldeia ou anfitriões e hóspedes, durante visitas prolongadas, quando viajam com toda a família. Caçam, principalmente, anta, caititu, queixada, capivara, cotia, paca, tatu, várias espécies de macaco e uma quantidade de pássaros, desde o mutum a um tipo de perdiz.

A coleta de produtos silvestres é muito importante para a alimentação dos Yanomami. Sem o resultado espetacular de uma boa caçada ou de uma carga desmesurada de mandioca, petiscos como larvas, favos de mel, rãs, caranguejos, frutas de vários tipos, cogumelos, castanhas e outras coisas comestíveis chegam à aldeia em modestas trouxinhas de folhas. Chegam, porém, com regularidade suficiente para contribuir bastante no suprimento de vitaminas, proteínas, sais minerais, além de uma apreciada variedade de sabores. Na época da bacaba, açaí e outros frutos de palmeiras, eles são trazidos em grandes quantidades e logo consumidos em forma de suco. A coleta pode ser combinada com pescarias curtas por grupos de mulheres, de homens ou por casais. No caminho, apanha-se também o que for preciso, como, por exemplo, o cipó para fazer cestas.

A pesca para os Yanomami é, em geral, menos importante do que as outras atividades produtivas. Por exemplo, não fazem armadilhas, nem usam redes. Pescam principalmente com linha e anzol, arco e flecha e timbó. É nas pescarias coletivas que o timbó é utilizado. Ele provoca uma asfixia temporária nos peixes; os que não são apa-

nhados conseguem recuperar-se do efeito que o veneno produz.

São escolhidos pequenos cursos de água lenta ou bacias dos rios maiores, formadas pela vazante. É comum ver aldeias inteiras, homens, mulheres e crianças de todas as idades, cestas em punho, irem rio abaixo apanhando peixe, numa excitação de gritos, exclamações, tropeços, tombos e gargalhadas. É muito divertido.

Grande desde pequeno — Percebese uma gradação suave nas atribuições das crianças. Até pouco antes da puberdade, meninos e meninas têm uma enorme liberdade para brincar juntos, embora haja uma tendência maior de delegar às meninas a tarefa de tomar conta dos irmãos menores, o que não as impede de participar da maioria das brincadeiras. Mais do que seres incompletos, com atividades e espaços segregados da gente grande, as crianças são como adultos em miniatura, adquirindo muito cedo habilidades básicas, como mexer com fogo sem se queimar ou com facas sem se cortar.

Quando chegam à idade adulta, restam aos jovens poucos mistérios da vida cotidiana para serem desvendados. Embora o processo de aprendizado cultural continue até a velhice, a eficiência necessária para sobreviver é adquirida nos primeiros dez anos de vida de uma pessoa.

A visitação entre aldeias é constante, mas o termo "visitante" é pouco aplicado aos moradores de aldeias vizinhas com os quais o contato é muito intenso. Para os visitantes de aldeias mais afastadas, há um ritual mais elaborado.

As cerimônias em homenagem aos mortos atraem grandes quantidades de hóspedes de aldeias próximas e distantes. Podem durar dez dias ou mais, incluindo caçadas coletivas, feitas pelos anfitriões e pelos visitantes, muitas danças, pajelança, pranto generalizado, brincadeiras, jogos e desafios, com ou sem sentido sexual. É durante essas cerimônias mortuárias que aldeias inteiras se reúnem. São ocasiões para a troca de notícias e de objetos, para casamentos, refeições abundantes em comum, definição de alianças políticas e resolução das divergências.

Todas as tradições dos Yanomami, entretanto, estão agora sob a ameaça de desaparecer por força da expansão maciça da fronteira econômica de mineração.

Alcida Ramos é antropóloga e colaborou na montagem da exposição "Genocídio do Yanomami: morte do Brasil". amisetas saúdam a passagem do furação Reagan — "Reagan vai embora, a revolução fica". Mas nas ruas de Manágua se contabilizam os danos deixados pelos oito anos de agressiva política da Casa Branca e os sandinistas se preparam para comemorar os dez anos de revolução, preocupados com o balanço que devem fazer do primeiro decênio de sua vitória.

Os "contras" estão militarmente derrotados, é certo. Mas as feridas deixadas pelas dezenas de milhares de mortos, pela desorganização econômica, pela canalização de 58% do orçamento para a guerra, se deixam ver na imagem da pobreza e da miséria pelas ruas e campos da Nicarágua.

O país está tão devastado que o objetivo atual da direção sandinista, com suas reformas econômicas, é simplesmente retomar certo controle dos mecanismos econômicos e voltar aos índices de 1979. Claro que com uma distribuição de renda incomparavelmente superior e outras conquistas que não transparecem diretamente nos índices econômicos, nos planos da educação, da saúde, da democratização política e da organização popular.

Que balanço os sandinistas se prepa-

ram para fazer este ano?

Difícil não contabilizar que oito anos foram em clima de conflito, acossados pelos "contra". Não é só o orçamento que é sugado pela guerra. Grande parte da juventude - chegou a cerca de 200 mil - foi mobilizada como combatente, esvaziando as universidades e as escolas. Milhares de habitantes do campo, nas zonas afetadas pela guerra, emigraram para Manágua, deixando de produzir e vivendo de servicos. Semanalmente se vão do país técnicos e profissionais, a maior parte para os Estados Unidos. Miami abriga uma colônia de mais de 100 mil nicaragüenses, tornando ainda mais tenso o clima entre os imigrantes já integrados e aqueles para os quais o prefeito - branco de origem cubana, isto é, "gusano" - considera que já não há mais lugar.

Dificuldades — Os dados são aterradores: a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) avalia que o último furacão causou danos equivalentes a três anos de exportações ou 40% do Produto Interno Bruto da Nicarágua. Para minorar esses sofrimentos, o governo sandinista pôde contar com menos de 5% do montante necessário para se recuperar, provindos de escassa ajuda internacional.

Os efeitos combinados da guerra, do bloqueio comercial dos Estados Unidos e do furação provocaram um NICARÁGUA

O PESO DA GUERRA

Dez anos depois, a revolução sandinista enfrenta graves problemas econômicos e aposta no fortalecimento das alianças políticas internas e externas

Emir Sader



retrocesso econômico difícil de recuperar. Uma comissão econômica calculou que, com um crescimento de 3% ao ano — muito difícil de conseguir nas condições atuais — a Nicarágua levaria dez anos para retornar aos índices econômicos de 1987. E dezessete anos para voltar aos níveis de 1978.

Diante desse quadro, é possível perguntar se a administração Reagan não obteve o que queria da Nicarágua — mostrar que uma revolução não vale a pena e reiterar o "destino manifesto" do alinhamento automático do continente. Já que, por experiência própria, sabem que não conseguiriam derrotar nem fazer capitular um processo revolucionário. Os próprios dirigentes sandinistas sabem que o alvo fundamental de Washington não era a sua derrubada. "Sua preocupação maior



é com El Salvador", afirma o comandante Omar Cabezas, responsável pelos Comitês de Defesa Sandinista (CDS), além de escritor de sucesso, que vem de publicar o segundo volume de suas memórias de combate. "Aqueles eram tempos fáceis, comparados com estes", diz Cabezas, para quem os erros cometidos pelos sandinistas apenas agudizaram uma situação por si mesma muito comprometida.

"Os 'contras' estão derrotados e, por isso, foram levados aos acordos de Sapoá", diz ele, esperançoso de que algo realmente mude com Bush, permitindo algum tipo de pacificação de maior duração. O triunfo de Carlos Andrés Perez, na Venezuela, foi saudado como outro trunfo de um possível processo de negociação na região, mas o barril de pólvora que estourou naquele país é suficiente para ocupar o presidente venezuelano com o problema da dívida por algum tempo, ao menos.

Modelo "perigoso" - Para os Estados Unidos, o objetivo de evitar que a Nicarágua reconstruída depois do somozismo se transformasse em um modelo para uma região em crise permanente, foi de certa forma atingido, até agora. A política norte-americana frente a uma derrota, desde o Vietnã, quando, pela primeira vez, tiveram que enrolar sua bandeira, fechar a embaixada e sair em debandada, passou a ser a de terra arrasada. No Sudeste asiático, na África meridional, na Etiópia, como na Nicarágua, trata-se, para a Casa Branca, de bloquear o desenvolvimento do país que lhe escapou ao controle e impedir que a teoria do dominó estenda esse processo a outros países da região.

Os "contras" foram úteis a Washington, sabendo desde o começo que sua vitória seria impossível. Desmoralizados, corruptos, mercenários, sem idéias,

sem prestígio diante da população, funcionaram para os Estados Unidos como contrapeso das pressões guerrilheiras em El Salvador e como instrumento de desgaste permanente da reconstrução nacional sandinista, tratando de hipotecar o futuro imediato da revolução na Nicarágua.

Os sandinistas chegaram ao poder em 1979 com uma inovadora plataforma de pluralismo político, não-alinhamento internacional e economia mista. Internamente pretendiam, com os bens confiscados a Somoza e seus familiares, constituir um núcleo fundamental a partir do qual pudessem dirigir normativamente a economia. O pluralismo político interno e o não-alinhamento em política externa ficaram relativizados, conforme foi radicalizando a guerra dos "contras": uma parte significativa da oposição se vinculou ao terrorismo, perdendo espaço, enquanto o endurecimento do governo e a virada conservadora dos anos 80 na política internacional deixaram os sandinistas isolados.

Os bens de Somoza foram insuficientes para planejar o conjunto da economia, enquanto o outro lado da economia mista — a iniciativa privada — se retraiu nos investimentos, pedindo mais créditos ao governo, sem cumprir com o aumento da produção. Hoje é um empresariado subsidiado pelos sandinistas, mas mais vinculado ao mercado negro.

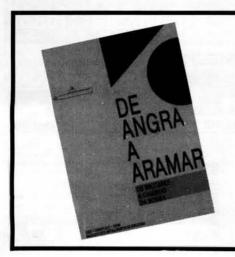
Bayardo Arce, secretário-geral da FSLN, anunciou que, aos dez anos da revolução, os sandinistas têm que repensar suas formulações. Omar Cabezas acredita que, além do final da guerra, uma maior liberalização do mercado é inevitável, mesmo que ela signifique um incremento ainda maior das desigualdades sociais, por si só já enormes, pela sobrevivência de um grande empresariado ao lado de camadas empobrecidas da população.

Alianças — A oposição interna, aglutinando entidades empresariais, pequenos partidos de direita, junto ao Partido Comunista, e ao alto clero católico, agrupa suas reivindicações em torno de uma política econômica até as eleições gerais de fevereiro do ano que vem, mas na verdade não são mais do que a cobertura interna para a política norte-americana contra os sandinistas.

A alternativa para os sandinistas é a de avançar no processo de socialização, conquistando maior capacidade de planificação e controle da economia, para diminuir as diferenças sociais, que tendem a aumentar, quanto mais livremente funciona o mercado. Mas, segundo os dirigentes sandinistas, eles preferem manter o esquema de convivência ampla da economia centralizada com o mercado, por problemas de alianças sociais internas e externas, assim como para manter um marco mais amplo de alianças para o conjunto da revolução centro-americana. O final da guerra - ou, pelo menos, o armistício atual - permitirá aos sandinistas retomar a iniciativa na frente interna e demonstrar suas verdades, aquelas pelas quais lutaram tanto tempo.

Para os outros países, resta a lição de que quem quiser desafiar profundamente os interesses dos Estados Unidos nesta região do mundo tem que estar preparado para grandes lutas e sacrifícios, que incluem o plano militar. Senão é resignar-se e submeter-se ao capitalismo, isto é, à exploração interna e externa, à dominação das minorias, à miséria e à injustiça.

Emir Sader é professor de Política Internacional na Universidade de São Paulo (USP). Autor de *A revolução cubana* (Moderna) e *Democracia e ditadura no Chile* (Brasiliense).



E A QUESTÃO NUCLEAR?

Da usina nuclear de Angra dos Reis ao projeto do submarino nuclear de Aramar, a questão nuclear é um assunto polêmico, que a publicação discute de forma acessível, fortalecendo a luta antinucle-

ar numa perspectiva ecológica voltada para o conjunto da sociedade.

Coedição CEDI — Desep/CUT — Nemi — Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba
138 páginas, 13,5x20,5 cm, NCz\$ 2,40

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983, aos cuidados do Setor de Distribuição, CEP 01238, São Paulo, SP, ou através de vale postal para a agência do correio 403911, Santa Cecília, São Paulo, SP

"A luta vai continuar enquanto tiver índio no Brasil." Megaron Kayapó

inha terra tem palmeira, onde canta o sabiá, dizia o poeta. É verdade, sim. Mas esta terra tem também outros cantos, outros gritos, clamores que vem de longe e que não se confundem com o canto do sabiá. É um clamor de quase quinhentos anos e que custa a ser ouvido por nós, brasileiros.

Os primigênios povos desta terra sabem muito bem o que significou para eles a invasão de seus territórios, a depredação dos seus espaços vitais, o arrasamento de suas aldeias, o aniquilamento da maior parte de suas populacões. Até então, estes povos viviam felizes, integrados ao seu meio e segundo padrões culturais de elevado senso de justica e igualdade. A colonização européia a partir do século 16 veio romper este equilíbrio, conseguido depois de milhares de anos, durante os quais os povos aborígenes, com muita sabedoria, domesticaram plantas e animais, desenvolveram diversas formas de agricultura, caça, coleta, formas de sobrevivência que lhes permitiram uma perfeita e harmônica adaptação à vida na floresta tropical. Constituíram assim verdadeiras civilizações.

A história de nosso país frequentemente ignora estas realidades. Elas figuram nos manuais como coisas do passado, que talvez mereca ser lembrado como folclore nacional e ponto. Entretanto, é bom que nos demos conta da verdade. Os povos indígenas não são fatos de folclore ou herança passada que entra nos livros de história apenas como uma das matrizes formadoras do povo brasileiro. Eles estão aí presentes, hoje mais do que nunca. Há mais de dez anos o movimento indígena vem se firmando como um interlocutor capaz de fazer ouvir o clamor de seus povos. As elites dominantes encasteladas no poder teimam em desprezar esta voz. Achincalham suas lideranças, pressionam, reprimem, prendem, praticam o mais sórdido projeto de cooptação na base de privilégios e benesses, instituem a competição e a divisão. E mediante uma legislação autoritária pretendem sempre de novo negar, diminuir, cortar os territórios que são a base da sobrevivência física e cultural destas micronações.

Por isto, foi necessária muita luta, muita conversa, muita pressão, muito sofrimento e um considerável apoio da sociedade civil para que os povos indígenas no Brasil conseguissem um capítulo razoável para a defesa de seus

O CLAMOR INDÍGENA E OS SINAIS DOS TEMPOS

Roberto E. Zwetsch

direitos na nova Constituição brasileira, promulgada em 1988. Mas, sabemos todos, a lei só vale mesmo se posta em prática. E aí cabe refletir quais os passos concretos que se deve dar.

Direitos indígenas — A terra é dom de Deus e aos homens foi dada como um jardim para que estes a administrassem em seu proveito, com alegria e inteligência. Esta idéia que aparece tantas vezes no Antigo Testamento, nos Salmos, nas histórias do Êxodo e da tomada da Terra Prometida, não é exclusiva do povo hebreu. Ela é compartilhada, quase diria, por todos os povos antigos. Não deve ser estranho, portanto, que os povos indígenas pensem a mesma coisa. Também eles entendem que a terra é um dom gratuito, sagrado, e que cabe aos homens preservá-

la com toda reverência. Os Kulina. no Acre, de modo muito perspicaz, me diziam que a eles cabia tomar conta de sua terra para garanti-la. Recentemente, o líder indígena Davi Kopenawa Yanomami, agraciado com o Prêmio Global 500 da ONU, por lutar pela sobrevivência de seu povo e pela preservação da floresta amazônica, expressava assim o pensamento antigo de sua gente: "Os Yanomami não fazem isso, cortar terra, cortar árvore, queimar floresta. Nós não somos inimigos da floresta. Ela é que cuida da nossa saúde. Lá não faz calor porque tem árvore alta. Aqui (Brasília) não tem pau alto, por isso vocês tem que ficar comprando ventilador. Omami (Deus) deu a terra para a gente viver nela, não para vender. Branco vende, vai para ou-



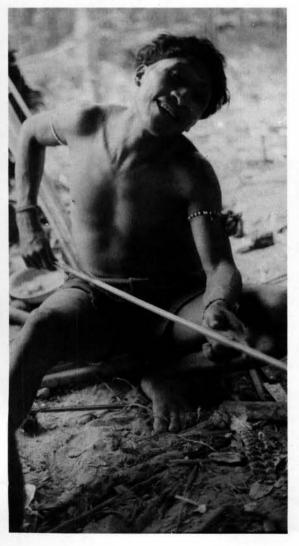
tro lugar. Índio não faz isso" (O Estado de S. Paulo, 14 de fevereiro de 1989).

Será que dá para perceber a diferenca? Enquanto nós proclamamos a terra como dádiva sagrada de Deus e a destruímos, os Yanomami vivem na terra respeitando-a como tal. E o mesmo ocorre com outros povos indígenas como os Münki, os Kulina, os Jamamandi, os Wayãmpi, os Bororo, os Guarani, os povos do Xingu, os Pataxó, os Potiguara, os Krahô.

Fiquemos com esta primeira conclusão: a terra é sagrada e quem fere a terra fere também os filhos da terra, nós todos, tornando-se, portanto, in-

digno do Criador.

Mas, o que significa o direito à terra? Concretamente, significa o direito à cultura, o direito à história, o direito à autodeterminação, enfim, o direito à vida. Lutar pela terra indígena é algo substancial, absolutamente vital para os povos indígenas, pois significa lutar pela dignidade desta gente e, por que não dizer, de todos nós. Participar deste movimento em defesa do



direito vital dos povos indígenas é, ao meu ver, exercitar a própria fé evangélica que afirma que o Deus de Jesus Cristo é um Deus de vivos e não de mortos. Menos do que isto, seria blasfêmia. Por isto, temos aqui um verdadeiro desafio à consciência cristã: respeitar a integridade dos povos indígenas lutando pelo seu direito à terra, pelo seu direito à vida.

A segunda conclusão: envolver-se, de alguma forma, na luta pela preservação da vida indígena é um compromisso de fé cristã. É um desafio evangélico.

Estas coisas não acontecem pacificamente. Lutas tão justas como esta ferem interesses muito fortes, arraigados, poderosos. E as pessoas e grupos econômicos que se vêem ameaçados reagem, muitas vezes, de forma brutal e impiedosa. Não deve surpreender, portanto, que na Amazônia brasileira mortes de lavradores, seringueiros, posseiros, lideranças sindicais, advogados, indígenas e até líderes das igrejas sejam frequentes. Só em 1988 foram mais de oitenta assassinatos. O latifúndio, predatório e egoísta, quase sempre está por detrás de tais crueldades, enquanto o governo lava as mãos.

Em relação a esta situação valeria a pena relembrar aquelas oportunas palavras de Jesus dirigidas a fariseus e saduceus: "O aspecto do céu, sabeis interpretar, mas os sinais dos tempos não podeis" (Mt 16,3). Quando a vida humana é aviltada da forma como ocorre no Brasil, e os exemplos vão desde os catorze Ticuna do Amazonas até os presos comuns de uma cadeia pública de São Paulo, sem dúvida temos aí um sinal dos tempos. E no momento em que os atingidos por tais chacinas erguem suas vozes, clamam, exigem e defendem como podem os seus direitos, novamente temos aí outro sinal dos tempos.

Sinais dos tempos — Nestes dias um grande encontro de povos indígenas se realizou em Altamira, no Pará. Precisamente, na região onde o governo brasileiro pretende construir várias usinas hidrelétricas, o denominado Complexo Hidrelétrico do Xingu. Em Altamira, se enfrentaram dois grupos bastante nítidos: de um lado o Movimento Pró-Cararaô (nome de uma das usinas), organizado pela UDR, esta sigla fatídica dos fazendeiros e latifundiários, o governador do Pará e comerciantes, defendendo as vantagens das usinas; de outro, as nações indígenas que serão atingidas por tais obras, sem terem sido consultadas, os ecologistas, o movimento indigenista e mais de cem jornalistas estrangeiros simpáticos aos índios que vieram dar cobertura aos fatos e levar à opinião pública internacional a gravidade das ameaças que pesam sobre os sete povos indígenas cujas áreas serão inundadas. Só a hidrelétrica de Cararaô irá inundar uma área de floresta de 1,2 mil km².

O que está em questão, neste caso, é o direito que tem o Estado de dispor de recursos naturais que não lhe pertencem, e com os quais o governo lida como se fossem propriedade particular. Ora, as nações indígenas, os brasileiros decentes e o movimento ecológico não pensam assim. Por isto, se organizaram para denunciar e enfrentar o autoritarismo estatal e sua visão tecnocrá-

tica dos problemas.

O Estado brasileiro é responsável pela depredação da Amazônia, por causa da política desenvolvimentista predatória que adotou na região, nas últimas décadas. Tal situação, dada a sua extrema gravidade, vem repercutindo em todo o país e, principalmente, na opinião pública internacional sensível à questão ambiental. Assim, a aliança entre os povos indígenas, os moradores da floresta, como seringueiros e ribeirinhos, e o movimento ecológico nacional e internacional coloca na ordem do dia a discussão sobre que tipo de desenvolvimento é apropriado para a Amazônia: de que forma se poderá trabalhar economicamente seus recursos naturais incomensuráveis sem vilipendiá-los irresponsável e criminosamente. Pois esta tem sido a praxe durante os vinte e tantos anos de ditadura militar e, desgraçadamente, o exemplo foi seguido à risca pelo governo Sarney. Não nos deixemos enganar por projetos bombásticos como o "Nossa Natureza".

Terceira conclusão: nestes dias, o clamor indígena nos conclama à solidariedade com suas lutas, ao estudo, ao acompanhamento, com disposição e senso agudo de justiça. Estamos diante de uma opção fundamental. Não basta saber interpretar apenas o aspecto do céu. É necessário, é urgente, discernir os sinais dos tempos. O tempo está amadurecendo em nosso país. Os rumos da história, silenciosamente, vão se invertendo. Aos cristãos cabe ouvir o que o Espírito nos está dizendo, muitas vezes por bocas que não julgaríamos capazes, idôneas, autorizadas. Mas, não nos esqueçamos, com Jesus ocorreu a mesma coisa!

Roberto E. Zwetsch é pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Durante sete anos, esteve como missionário entre os Kulina, no Acre. Atualmente, faz mestrado em missiologia em São Paulo. A DIMENSÃO TEOLÓGICA DA DÍVIDA

DÍVIDA EXTERNA E IGREJAS: UMA VISÃO ECUMÊNICA Vários autores, CEDI, São Paulo, 1989, 268 páginas, 14x21cm



Luís Francisco Silva e Paulo Roberto Garcia

A dívida externa constitui, atualmente, o principal problema enfrentado pela economia brasileira e pelos países do Terceiro Mundo em geral, e é, ao mesmo tempo, geradora de outros graves problemas.

Durante toda a década de 80, os governantes dos "países devedores" se enveredaram em adotar medidas de política econômica baseadas na ortodoxia do receituário do FMI, para viabilizar os pagamentos dos juros desta dívida. Corte nos gastos públicos, arrocho salarial, contenção do consumo interno, queda brutal das taxas de investimento, desvalorizações cambiais, recessão e desemprego são elementos e desdobramentos das políticas adotadas para obtenção de superávits comerciais crescentes.

Enquanto nossas economias foram direcionadas para o mercado externo, o mercado interno e a satisfação das necessidades de milhões de pessoas empobrecidas deixaram de ser o sentido da atividade econômica e da industrialização. Como não poderia deixar de ser, as conseqüências mais imediatas foram a estagnação econômica, a marginalidade, a violência urbana/rural e as contradições sociais acentuadas em países que já acumulavam enormes dívidas sociais.

Enormes transferências líquidas de capital foram realizadas ao exterior nos últimos anos, por conta da dívida externa, e o mais curioso é que na contabilidade dos credores quanto mais se paga mais se deve. Os mecanismos utilizados pelos banqueiros para esta mágica contábil são, no entanto, "legitimados" pelas endeusadas leis do mercado internacional. Milhões de pes-

soas são chamadas a realizar sacrificios cada vez maiores para que uma dívida de caráter duvidoso continue sendo paga, como forma de cumprirse religiosamente os compromissos assumidos com os credores internacionais e o FMI. É como se através da miséria, da fome e, enfim, do sacrificio de muitos e enriquecimento de alguns poucos, todos buscassem ganhar o reino dos céus.

A questão da dívida externa tornase, assim, uma questão teológica por excelência. Este recente lançamento do CEDI — Dívida externa e igrejas: uma visão ecumênica - visa contribuir ao debate através da reunião, em um só volume, de análises sócio-políticas e econômicas, reflexões teológicas, posicionamentos e declarações que revelam a preocupação das igrejas sobre a matéria. A partir de grandes temas bíblicos - idolatria, justiça e justificação, ano do jubileu, ano sabático, Reino de Deus, entre outros - "teologiza-se" a problemática da divida. Também, em torno do problema, escutase a voz das Igrejas, através de seus pronunciamentos, documentos e posicionamento de alguns renomados teólogos. Fala-se então, teológica e biblica

mente, de um problema que promove o sacrificio de milhões de pessoas em todo o Terceiro Mundo ao grande e insaciável ídolo — o mercado internacional

A primeira parte do livro traz dois artigos — de Paulo Schilling e Marcos Arruda — que procuram dar conta da evolução histórica e das conseqüências e efeitos da dívida externa para os países do Terceiro Mundo. A segunda parte é destinada a uma reflexão bíblico-teológica sobre a questão, apresentando artigos de Julio de Santa Ana, Raul Vidales, Hugo Assman, Elsa Tamez e Clodovis Boff. A terceira parte apresenta uma seleção de várias declarações e posicionamentos de igrejas, conselhos e conferências eclesiásticas.

A edição quer contribuir para uma tomada de posição frente à questão da dívida que signifique, também, um despertar evangélico face à gravidade da situação em que se vive, especialmente no Terceiro Mundo.

Luís Francisco Silva integra o Projeto Especial sobre Dívida Externa do CEDI e Paulo Roberto Garcia é membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.

Lançamentos

TEOLOGIA DA TERRA

Marcelo de Barros Souza e José L. Caravias, Vozes, Coleção Teologia e Libertação, Petrópolis, 1988, 440 p., 14x21 cm

A história de quatro séculos do continente americano tem sido a história da luta pela terra. Trazendo dados, experiência e paixão, este volume relata a invasão do campo pelo capital, a resistência dos camponeses, a posição de Deus nesta luta, o envolvimento da Igreja ao longo de sua história e, enfim, o envolvimento dos agentes de pastoral junto às vítimas da violência dos poderosos.

ÍNDICE 1988



Autores, assuntos e resenhas publicados na revista Tempo e Presença, nº 227 a 237, janeiro a dezembro de 1988

Autores

ABRAMO, Perseu. Imprensa alternativa: alcances e limites, nº 233, p. 15-16.

ADOLF, Felipe. Trabalho e compromisso, nº 235, p. 18.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Natureza e política externa brasileira, nº 230, p. 14-15.

ALTMANN, Lori. Ecologia: cuidar da própria casa, nº 230, p. 32-33.

ALVES, Luiz Roberto. O samba cultural dos desiguais, nº 228, p. 4-7.

ALVES, Rubem. A aldeia que nunca mais foi a mesma, nº 230, p. 28-29.

_ . As delícias da impunidade, nº 232, p. 38-39.

Este imenso maternal vazio, nº 235, p. 28-29.

_ . Inaugurar obras, construir povos, nº 227, p. 28-29.

_ . Poesia e política, nº 229, p. 22-23.

_ . Rir de morrer, nº 227, p. 36.

_ . Todo poder à criança, nº 237, p. 36-37.

ANDRADE, Lucia & CASTRO, Eduardo Viveiros de. Obras do destino: o ambientalismo oficial, nº 230, p. 6-8.

ANT, Clara. Morte em silêncio: ambiente de trabalho, nº 230, p. 23-25.

ARNT, Ricardo. A herança de Chico Mendes, nº 237, p. 38.

_ . A meia dúzia suja, nº 236, p. 24-27.

_ . Uma rede ambientalista mundial, nº 236, p. 12-14.

ASSEMBLÉIA GERAL DO CLAI. Carta de Indaiatuba, nº 237, p. 33.

BALCÃO, Nilde. ABCD do cotidiano, nº 229, p. 13-14.

_ & LIMA, João Alves de. Italianos e movimento operário, nº 232, p. 13-15.

BAPTISTA, Mauro. A evangelização dos negros, nº 227, p. 16-17.

BARBOSA, Antonio & NOVAES, José Roberto Pereira. Eleições sindicais: medição de forças, nº 231, p. 14-16.

BARROS, Ruy de Góes Leite de. A indústria bélica e a construção da democracia, nº 232, p. 23-25.

BEOZZO, José Oscar. A nova encíclica de João Paulo 2º, nº 229, p. 26-28.

 Ecumenismo e mundo afro-brasileiro, nº 235, p. 25-27.

_ & RAMALHO, Jether Pereira. O momento eclesial brasileiro, nº 231, p. 32-34.

BITTENCOURT FILHO, José. Evangélicos: disputa ideológica, nº 234, p. 17.

 Protestantismo e política nos anos 60, nº 233, p. 24-25.

BOEHLER, Genilma. A Bíblia e os direitos humanos, nº 237, p. 41-42.

BOFF, Clodovis. Desafios atuais da pastoral popular, nº 232, p. 30-32.

BOFF, Leonardo. A teologia da pequena libertação, nº 229, p. 20-21.

__ . Proclamação de Jesus aos oprimidos: do quinto evangelho, nº 237, p. 34-35.

BONINO, José Míguez. Dor e esperança, nº 235, p. 6-7.

tempo e presença

Luta dos negros: compromisso de todos



BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A esperança do cotidiano, nº 229, p. 4-5.

CALDEIRA, Cesar. A vez dos estados e municípios, nº 233, p. 31.

CARDOSO, Onésimo de Oliveira. Canal 13, TV Fanini, nº 228, p. 18-19.

CARLOS, Newton. De Tlateloco à Nicarágua, nº 233, p. 29-30.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O tempo do jaboti, nº 229, p. 8-10.

_ & ANDRADE, Lucia. Obras do destino: o ambientalismo oficial, nº 230, p. 6-8.

CASTRO, Moacir Werneck de. O "incidente" de Volta Redonda, nº 237, p. 18-19.

COELHO, Carlos Eduardo & PROGRAMA DE ASSESSORIA À PASTORAL PRO-TESTANTE. Obstáculos ao movimento ecumênico, nº 235, p. 19-20.

COELHO, João Gilberto Lucas. Constituição: o primeiro passo, nº 234, p. 11-12.

CORREA, Enrique. Chile — Democracia: sim ou não?, nº 230, p. 30-31.

DALLARI, Pedro. A nova etapa constitucional, nº 234, p. 13-14.

DAMASCENO, Caetana; SANTOS, Micênio & GIACOMINI, Sonia. As organizações do movimento negro, nº 227, p. 6-7.

DIAS, Zwinglio Mota. Do êxodo libertador à visão da criação: uma proposta de vida, nº 230, p. 26-27.

 Movimento ecumênico na América Latina, nº 235, p. 4-5.

DOMINGUES, Jorge Luiz Ferreira. Um dia na Baixada Fluminense: "Isso é a coisa mais comum", nº 229, p. 18-19.

ENCONTRO LATINO-AMERICANO E CA-RIBENHO DE ORGANISMOS ECUMÊ-NICOS. Construir a esperança, nº 235, encarte.

EQUIPE PIB/CEDI & RICARDO, Carlos Alberto. Povos indígenas: avanços e brechas, nº 234, p. 17-18.

ESTERCI, Neide. A lei, o sindicato e os direitos dos trabalhadores, nº 231, p. 39. FERNANDES, Florestan. Eleições municipais: a ruptura silenciosa, nº 237, p. 23-24.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. O "novo" sindicalismo rural paulista, nº 231, p. 9-11.

FIGUEIRA, Vera. Estereótipos raciais: algumas influências, nº 227, p. 8-9.

FON FILHO, Aton. El Salvador: a nova etapa da guerra, nº 237, p. 39-40.

FREI BETTO (CHRISTO, Carlos Alberto Libânio). A Igreja na China, nº 237, p. 25-28.

_ . Gustavo Gutiérrez: um perfil amigo, nº 232, p. 33-35.

GALEANO, Eduardo. Julgamento e condenação do poderoso cavaleiro dom Dinheiro, nº 236, p. 34-37.

GALLEGO, Anastasio. Equador: dois projetos em disputa, nº 229, p. 24-25.

GARCIA, Marco Aurélio. Eder Sader (1941-1988): a paixão pela liberdade, nº 232, p. 27.

GARCIA, Paulo Roberto. A memória dos marginalizados, nº 229, p. 29-30.

_ & PADILHA, Anivaldo. Raízes que renovam os frutos, nº 235, p. 23-24.

GIACOMINI, Sonia; DAMASCENO, Caetana & SANTOS, Micênio. As organizações do movimento negro, nº227, p. 6-7.

GOMES, Pedro Gilberto. Jornalismo popular: uma experiência democrática, nº 228, p. 8-9.

GOROSTIAGA, Xabier. América Central: romper o cerco, nº 236, p. 42-45.

GOWDZAARD, Bob. "Crescer como a palmeira" — entrevista a Zwinglio M. Dias e Anivaldo Padilha, nº 237, p. 20-22.

GREENHALGH, Luiz Eduardo. A herança do arbítrio, nº 233, p. 12-14.

GUTIÉRREZ, Manuel. Colômbia: sinal fechado para a vida, nº 227, p. 27.

HADDAD, Sérgio. Pedagogia do oprimido, nº 233, p. 17-18.

HARPER, Charles. Uma perspectiva latinoamericana, nº 237, p. 12-14.

IDOETA, Carlos Alberto. Anistia Internacional: a utopia de um mundo novo, nº 237, p. 10-11.

IORIO, Maria Cecília & PANTOJA, Mariana. Campo: direito negado, nº 234, p. 19.

IRALA, Flávio & SHIRAHATA, João Takao. Clai: uma assembléia celebrativa, nº 237, p. 29-32.

JÓIA, Orlando & SIQUEIRA, Maria Clara di Pierro. Educação: novos caminhos, nº. 234, p. 16.

JURSYS, Vera Lucia. Fotografia e luta de classes, nº 232, p. 16-20.

LIBÂNIO, João Batista. Medellín, história e símbolo, nº 233, p. 22-23.

LIMA, João Alves de & BALCÃO, Nilde. Italianos e movimento operário, nº 232, p. 13-15.

LIMONCIC, Flávio. Impactos ambientais dos grandes projetos, nº 230, p. 9-10.

LISBOA, Marijane Vieira. A geração do sonho, nº 233, p. 10-11. NOVAES, José Roberto Pereira & BAR-BOSA, Antonio. Eleições sindicais: medição de forças, nº 231, p. 14-16.

& PADRÃO, Luciano Nunes. Pólo sindical: o que há de novo no sul da Bahia?,

nº 231, p. 12-13.

; PADRÃO, Luciano Nunes & RESEN-DE, Valéria. Uma história de luta no campo, nº 229, p. 11-12.

NÚCLEO JORGE BAPTISTA DE COMU-NICAÇÕES. O teatro da comunicação, nº 228, p. 16-17.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. Movimento sindical rural e Estado, nº 231, p. 4-5.

OLIVEIRA, Rosângela Soares de. O julgamento que vem dos destroços, nº 232, p .40-42.

OLIVEIRA E SILVA, José Dirceu de. José Dirceu: "Não conhecíamos o Brasil" entrevista a Marco Antônio Piva, nº 233, p. 19-21.

PADILHA, Anivaldo & GARCIA, Paulo Roberto. Raízes que renovam os frutos, nº

235, p. 23-24.

PADRÃO, Luciano & NOVAES, José Roberto Pereira. Pólo sindical: o que há de novo no sul da Bahia?, nº 231, p. 12-13.

; NOVAES, José Roberto Pereira & RE-SENDE, Valéria. Uma história de luta no campo, nº 229, p. 11-12.

PANTOJA, Mariana & IORIO, Maria Cecília . Campo: direito negado, nº 234, p. 19.

PEREIRA, Maurício Broinizi. Hobsbawm no Brasil, nº 232, p. 21-22.

PEREIRA, Nancy Cardoso. Não havia rei em Israel, nº 231, p. 37-38.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O cotidiano e a violência, nº 229, p. 6-7.

PIVA, Marcia Cruz. Mercado de trabalho: esforço maior, salário menor, nº 227, p. 12-13.

PIVA, Marco Antônio. Guatemala: o clamor pela terra, nº 231, p. 35-36. . Nada será como antes, nº 233, p. 4-6.

. Polêmica socialista, nº 234, p. 35.

. Sem medo do futuro, nº 229, p. 31. POLETTO, Ivo. Luta pela terra: novos desafios às igrejas cristãs, nº 231, p. 19-21.

PROGRAMA DE ASSESSORIA À PASTO-RAL PROTESTANTE & COELHO, Carlos Eduardo. Obstáculos ao movimento ecumênico, nº 235, p. 19-20.

RAMALHO, Jether Pereira. Movimento popular como espaço ecumênico, nº 235, p.

11-13.

_ & BEOZZO, José Oscar. O momento eclesial brasileiro, nº 231, p. 32-34.

RAMALHO, José Ricardo. A classe operária segundo Thompson, nº 232, p. 43.

Classe operária: novas perspectivas, nº 228, p. 35.

RAMALHO, Luiz Augusto. Novo internacionalismo, nº 236, p. 4-6.

RECH, Daniel. Articulação nacional: repensar o caminho, nº 237, p. 15-17.

REIS, Fábio Wanderley. Continuidade e mudança, nº 234, p. 7-8.

RESENDE, Valéria; NOVAES, José Roberp. 11-12.

nº 231, p. 28-31.

& EQUIPE PIB/CEDI. Povos indígenas: avanços e brechas, nº 234, p. 28-31.

ROCHA, Gerôncio Albuquerque. A ocupação perigosa, nº 230, p. 35.

SADER, Emir. Chile: e depois do não?, nº. 235, p. 31-32.

SANTA ANA, Julio de. Limites e abrangência do ecumenismo, nº 235, p. 8-10.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. Igreja, escra-

SANTILLI, Marcio. Transição: o mangue democrático, nº 234, p. 9-10.

de senhores e escravos: 100 anos de abolição, nº 227, p. 4-5.

SANTOS, Micênio; DAMASCENO, Caetana & GIACOMINI, Sonia. As organiza-

SANTOS, Sérgio dos. A imprensa dos traba-

SCHILLING, Paulo. Agressões externas ao meio ambiente brasileiro, nº 230, p. 16-18. SCHNEIDER, Silvio. IECLB: participação

e integração, nº 233, p. 26-28.

SCHOENMAN, Ralph. Estados Unidos: a eleição da minoria - entrevista a Marco

SCHÜLLER, Marilia. Mulheres negras: uma nova dimensão teológica, nº 227, p. 21-22.

"Entre vós não será assim", nº 234, p.

. Escravidão na Biblia, nº 227, p. 32-34. Uma bíblia que inquieta, nº 235, p. 33-34.

to Pereira & PADRÃO, Luciano Nunes. Uma história de luta no campo, nº 229,

RICARDO, Carlos Alberto, ed. Os direitos dos índios na nova constituição brasileira,

Teologia e esperança, nº 233, p. 35.

vidão e racismo, nº 227, p. 18-20.

SANTOS, Joel Rufino dos. Ainda um país

ções do movimento negro, nº227, p. 6-7.

Ihadores, nº 228, p. 10-11.

Antônio Piva, nº 234, p. 24-26.

SCHWANTES, Milton. "Afluiu para ele gran-de multidão", nº 228, p. 32-34.

33-34.

SCHWARTZKOPFF, Michael. A danca do

congresso, nº 236, p. 7-11.

SCHWARTZMAN, Stephan. Desenvolvimento, meio ambiente e povos indígenas, nº 230, p. 11-13.

Pressão sobre o governo brasileiro, nº 236, p. 22-23.

SEMINÁRIO: IGREJAS E DÍVIDA EXTER-NA. Desafio às Igrejas: a questão da divida externa, nº 230, encarte.

SHANIN, Teodor. Campesinato, Estado e perestroika - entrevista, nº 231, p. 23-25.

SHIRAHATA, João Takao & IRALA, Flávio. Clai: uma assembléia celebrativa, nº 237, p. 29-32.

SILVA, Benedita da. O negro na constituinte, nº 227, p. 25-26.

SILVA, Edson. O Islà comanda a insurreição. nº 227, p. 35.

SILVA, José Gomes da. O conceito de terra produtiva, nº 231, p. 22.

SILVA, Luiz Francisco. Crise e utopia, nº. 233, p. 7-9.

SILVA, Marcos Rodrigues da. O racismo na literatura religiosa, nº 227, p. 23-24.

SILVA, Marô. TV dos trabalhadores, nº 228,

SILVA, Rafael Rodrigues da. Deus caminha nos passos do povo, nº 233, p. 32-34.

SILVA JÚNIOR, Hédio. Democracia: a contribuição do movimento negro, nº 227, p. 10-11.

SIQUEIRA, José Eduardo de Campos. Água: o perigo da escassez, nº 230, p. 21-22.

SIQUEIRA, Maria Clara di Pierro & JÓIA, Orlando. Educação: novos caminhos, nº 234, p. 16.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Movimento sindical: os direitos dos trabalhadores, nº 234, p. 18-19.

SOARES, Ismar de Oliveira. Políticas de comunicação da Igreja Católica, nº 228, p. 22-24.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Igreja e democracia: um encontro na história, nº 234, p. 20-21.

SOUZA, Osmar Medeiros. Memória e identidade: reflexo de um espelho quebrado, nº 232, p. 10-12.

STUART, Ana. Argentina: na boca do túnel, nº 228, p. 30-31.

TAMEZ, Elsa. Justica e justificação: a dívida externa na América Latina, nº 236, p.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. CEBs: recriação evangelizadora, nº 234, p. 30-32. VASCONCELOS, José Domingos. A trama

nuclear brasileira, nº 237, p. 43.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. Em busca da "Bandeira Verde", nº 231, p. 17-18. WALDMAN, Maurício. Ecologia na perspec-

tiva dos trabalhadores, nº 230, p. 4-5. WEFFORT, Francisco C. Democracia e socialismo: o caminho possível, nº 234, p. 4-6.

WRIGHT, Jaime. Um roteiro para o futuro, agora: 40 anos depois, nº 237, p. 7-9.

YORUBA, Togo. Criança negra: um retrato sem retoques, nº 227, p. 14-15.





Assuntos

Abolição

SANTOS, Joel Rufino dos. Ainda um país de senhores e escravos: 100 anos de abolição, nº 227, p. 4-5.

YORUBA, Togo. Criança negra: um retrato sem retoques, nº 227, p. 14-15.

América Latina

CARLOS, Newton. De Tlateloco à Nicarágua, nº 233, p. 29-30.

CORREA, Enrique. Chile — Democracia: sim ou não?, nº 230, p. 30-31.

FON FILHO, Aton. El Salvador: a nova etapa da guerra, nº 237, p. 39-40.

GALLEGO, Anastasio. Equador: dois projetos em disputa, nº 229, p. 24-25.

GOROSTIAGA, Xabier. América Central: romper o cerco, nº 236, p. 42-45.

GUTIÉRREZ, Manuel. Colômbia: sinal fechado para a vida, nº 227, p. 27.

NICARÁGUA: solidariedade brasileira, nº 227, p. 31.

PIVA, Marco Antônio. Guatemala: o clamor pela terra, nº 231, p. 35-36.

SADER, Emir. Chile: e depois do não?, nº. 235, p. 31-32.

STUART, Ana. Argentina: na boca do túnel, nº 228, p. 30-31.

Assuntos diversos

GARCIA, Marco Aurélio. Eder Sader (1941-1988): a paixão pela liberdade, nº 232, p. 27.

JURSYS, Vera Lucia. Fotografia e luta de classes, nº 232, p. 16-20.

LIMONCIC, Flávio. Impactos ambientais dos grandes projetos, nº 230, p. 9-10.



MARASCHIN, Jaci. Os limites da sexualidade, nº 228, p. 26-27.

SILVA, Marcos Rodrigues da. O racismo na literatura religiosa, nº 227, p. 23-24.

Banco Mundial/FMI

AMAZôNIA: um alerta mundial, nº 236, p. 20-21.

ARNT, Ricardo. A meia dúzia suja, nº 236, p. 24-27.

A DESORDEM econômica internacional, nº 236, p. 30-31.

FMI e Banco Mundial condenados, nº 236, p. 38.

GALEANO, Eduardo. Julgamento e condenação do poderoso cavaleiro dom Dinheiro, nº 236, p. 34-37.

LUTZEMBERGER, José. Um holocausto biológico, nº 236, p. 15-19.

MORATÓRIA para o meio ambiente, nº 236, p. 28-29.

SCHWARTZMAN, Stephan. Pressão sobre o governo brasileiro, nº 236, p. 22-23. TRIBUNAL da dignidade, nº 236, p. 32-33.

Bíblia

ALTMANN, Lori. Ecologia: cuidar da própria casa, nº 230, p. 32-33.

BOEHLER, Genilma. A Biblia e os direitos humanos, nº 237, p. 41-42.

GARCIA, Paulo Roberto. A memória dos marginalizados, nº 229, p. 29-30.

OLIVEIRA, Rosângela Soares de. O julgamento que vem dos destroços, nº 232, p .40-42.

SCHWANTES, Milton. "Afluiu para ele grande multidão", nº 228, p. 32-34.

. "Entre vós não será assim", nº 234, p. 33-34.

_ . Escravidão na Bíblia, nº 227, p. 32-34.

_ . Uma biblia que inquieta, nº 235, p. 33-34.

SILVA, Rafael Rodrigues da. Deus caminha nos passos do povo, nº 233, p. 32-34.

TAMEZ, Elsa. Justiça e justificação: a dívida externa na América Latina, nº 236, p. 47-50.

Camponeses/Movimento Camponês

IORIO, Maria Cecilia & PANTOJA, Mariana. Campo: direito negado, nº 234, p. 19.

NAVARRO, Zander. Acampamentos: a experiência dos colonos no sul do Brasil, nº. 231, p. 6-8.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. Movimento sindical rural e Estado, nº 231, p. 4-5.

PADRÃO, Luciano & NOVAES, José Roberto Pereira. Pólo sindical: o que há de novo no sul da Bahia?, nº 231, p. 12-13.

SHANIN, Teodor. Campesinato, Estado e perestroika — entrevista, nº 231, p. 23-25.

TRABALHADORES rurais: de olho na UDR, nº 235, p. 30.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. Em busca da "Bandeira Verde", nº 231, p. 17-18.

Catolicismo

BEOZZO, José Oscar. A nova encíclica de João Paulo 2º, nº 229, p. 26-28.

BOFF, Clodovis. Desafios atuais da pastoral popular, nº 232, p. 30-32.

EM 89, o 7º Encontro das CEBs, nº 231, p. 26. FREI BETTO (CHRISTO, Carlos Alberto Libânio). A Igreja na China, nº 237, p. 25-28.

LIBÂNIO, João Batista. Medellín, história e símbolo, nº 233, p. 22-23.

A PUNIÇÃO de Casaldáliga, nº 234, p. 27. SOARES, Ismar de Oliveira. Políticas de comunicação da Igreja Católica, nº 228, p. 22-24.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Igreja e democracia: um encontro na história, nº 234, p. 20-21.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. CEBs: recriação evangelizadora, nº 234, p. 30-32.

CEBs

BOFF, Clodovis. Desafios atuais da pastoral popular, nº 232, p. 30-32.

EM 89, o 7º Encontro das CEBs, nº 231, p. 26. SILVA, Rafael Rodrigues da'. Deus caminha nos passos do povo, nº 233, p. 32-34.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. CEBs: recriação evangelizadora, nº 234, p. 30-32.

Comunicação

ALVES, Luiz Roberto. O samba cultural dos desiguais, nº 228, p. 4-7.

CARDOSO, Onésimo de Oliveira. Canal 13, TV Fanini, nº 228, p. 18-19.

GOMES, Pedro Gilberto. Jornalismo popular: uma experiência democrática, nº 228, p. 8-9.

MELO, José Marques de. O popular nas escolas de comunicação, nº 228, p. 12-14. EVES, Amélia Tavares C. A pregação milionária da salvação: igreja eletrônica, nº 228, p. 20-21.

NÚCLEO JORGE BAPTISTA DE COMU-NICAÇÕES. O teatro da comunicação, nº 228, p. 16-17.

SANTOS, Sérgio dos. A imprensa dos trabalhadores, nº 228, p. 10-11.

SILVA, Marô. TV dos trabalhadores, nº 228, p. 15.

SOARES, Ismar de Oliveira. Políticas de comunicação da Igreja Católica, nº 228, p. 22-24.

Constituinte/Constituição

BITTENCOURT FILHO, José. Evangélicos: disputa ideológica, nº 234, p. 17.

CALDEIRA, Cesar. A vez dos estados e municípios, nº 233, p. 31.

CENTRÃO: que maioria é essa?, nº 227, p. 30. COELHO, João Gilberto Lucas. Constituição: o primeiro passo, nº 234, p. 11-12.

DALLARI, Pedro. A nova etàpa constitucional, nº 234, p. 13-14.

IORIO, Maria Cecília & PANTOJA, Mariana. Campo: direito negado, nº 234, p. 19.
 MACIEL, Lysâneas. Constituinte: antes e depois, nº 234, p. 15.

MARTINS, José Renato Vieira. Os direitos dos trabalhadores na Constituinte, nº 232, p. 28.29

MERCADANTE OLIVA, Aloizio. Nascer será a três: licença paternidade, nº 228, p. 28-29.

POLETTO, Ivo. Luta pela terra: novos desafios às igrejas cristãs, nº 231, p. 19-21.

RICARDO, Carlos Alberto, ed. Os direitos dos índios na nova constituição brasileira, nº 231, p. 28-31.

_ & EQUIPE PIB/CEDI. Povos indígenas: avanços e brechas, nº 234, p. 28-31.

SANTILLI, Marcio. Transição: o mangue democrático, nº 234, p. 9-10.

SILVA, Benedita da. O negro na constituinte, nº 227, p. 25-26.

SILVA, José Gomes da. O conceito de terra produtiva, nº 231, p. 22.

SIQUEIRA, Maria Clara di Pierro & JÓIA, Orlando. Educação: novos caminhos, nº 234, p. 16.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Movimento sindical: os direitos dos trabalhadores, nº 234, p. 18-19.

Cotidiano

BALCÃO, Nilde. ABCD do cotidiano, nº 229, p. 13-14.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A esperança do cotidiano, nº 229, p. 4-5.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O tempo do jaboti, nº 229, p. 8-10.

DOMINGUES, Jorge Luiz Ferreira. Um dia na Baixada Fluminense: "Isso é a coisa mais comum", nº 229, p. 18-19.

MILCHTEIM, Mauro. Largo da Concórdia,



Os desafios da organização

via Paraíso e Liberdade, nº 229, p. 16-17. NOVAES, José Roberto Pereira; PADRÃO, Luciano Nunes & RESENDE, Valéria. Uma história de luta no campo, nº 229, p. 11-12.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O cotidiano e a violência, nº 229, p. 6-7.

Democracia

COELHO, João Gilberto Lucas. Constituição: o primeiro passo, nº 234, p. 11-12.

DALLARI, Pedro. A nova etapa constitucional, nº 234, p. 13-14.

MACIEL, Lysâneas. Constituinte: antes e depois, nº 234, p. 15.

MARASCHIN, Jaci. A democracia que ainda esperamos, nº 234, p. 28-29.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A contribuição das igrejas protestantes, nº 234, p. 22-23.

REIS, Fábio Wanderley. Continuidade e mudança, nº 234, p. 7-8.

SADER, Emir. Chile: e depois do não?, nº. 235, p. 31-32.

SANTILLI, Marcio. Transição: o mangue democrático, nº 234, p. 9-10.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Igreja e democracia: um encontro na história, nº 234, p. 20-21.

WEFFORT, Francisco C. Democracia e socialismo: o caminho possível, nº 234, p. 4-6.

Direitos humanos

BOEHLER, Genilma. A Bíblia e os direitos humanos, nº 237, p. 41-42.

CASTRO, Moacir Werneck de. O "incidente" de Volta Redonda, nº 237, p. 18-19.

DIREITOS humanos agora, nº 227, p. 30. HARPER, Charles. Uma perspectiva latino-americana, nº 237, p. 12-14.

IDOETA, Carlos Alberto. Anistia Internacional: a utopia de um mundo novo, nº 237, p. 10-11. MARÉS, Carlos Frederico. Direitos humanos, direito dos povos, nº 237, p. 4-6.

RECH, Daniel. Articulação nacional: repensar o caminho, nº 237, p. 15-17.

WRIGHT, Jaime. Um roteiro para o futuro, agora: 40 anos depois, nº 237, p. 7-9.

Discriminação

FIGUEIRA, Vera. Estereótipos raciais: algumas influências, nº 227, p. 8-9.

PIVA, Marcia Cruz. Mercado de trabalho: esforço maior, salário menor, nº 227, p. 12-13.

SILVA, Marcos Rodrigues da. O racismo na literatura religiosa, nº 227, p. 23-24.

Dívida externa

ALLEGRETTI, Mary Helena. Natureza e política externa brasileira, nº 230, p. 14-15.

AMAZôNIA: um alerta mundial, nº 236, p. 20-21.

ARNT, Ricardo. A meia dúzia suja, nº 236, p. 24-27.

Uma rede ambientalista mundial, nº 236,
 p. 12-14.

A DESORDEM econômica internacional, nº 236, p. 28-29.

DÍVIDA externa: o papel dos cristãos, nº 236, p. 39-41.

GALEANO, Eduardo. Julgamento e condenação do poderoso cavaleiro dom Dinheiro, nº 236, p. 34-37.

GOROSTIAGA, Xabier. América Central: romper o cerco, nº 236, p. 42-45.

GOWDZAARD, Bob. "Crescer como a palmeira" — entrevista a Zwinglio M. Dias e Anivaldo Padilha, nº 237, p. 20-22.

LUTZEMBERGER, José. Um holocausto biológico, nº 236, p. 15-19.

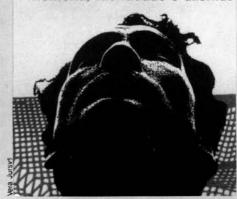
MORATÓRIA para o meio ambiente, nº 236, p. 28-29.

RAMALHO, Luiz Augusto. Novo internacionalismo, nº 236, p. 4-6.

tempo e presença

MOVIMENTO OPERÁRIO

Memória, identidade e dilemas



SCHWARTZKOPFF, Michael. A dança do congresso, nº 236, p. 7-11.

SCHWARTZMAN, Stephan. Pressão sobre o governo brasileiro, nº 236, p. 22-23.

SEMINÁRIO: IGREJAS E DÍVIDA EXTER-NA. Desafio às Igrejas: a questão da dívida externa, nº 230, encarte.

TAMEZ, Elsa. Justiça e justificação: a dívida externa na América Latina, nº 236, p. 47-50

Ecologia/Meio ambiente

ALLEGRETTI, Mary Helena. Natureza e política externa brasileira, nº 230, p. 14-15.

ALTMANN, Lori. Ecologia: cuidar da própria casa, nº 230, p. 32-33.

AMAZôNIA: um alerta mundial, nº 236, p. 20-21.

ANT, Clara. Morte em silêncio: ambiente de trabalho, nº 230, p. 23-25.

ARNT, Ricardo. A herança de Chico Mendes, nº 237, p. 38.

_ . A meia dúzia suja, nº 236, p. 24-27.

__ . Uma rede ambientalista mundial, nº 236, p. 12-14.

CASTRO, Eduardo Viveiros de & ANDRA-DE, Lucia. Obras do destino: o ambientalismo oficial, nº 230, p. 6-8.

DIAS, Zwinglio Mota. Do êxodo libertador à visão da criação: uma proposta de vida, nº 230, p. 26-27.

LIMONCIC, Flávio. Impactos ambientais dos grandes projetos, nº 230, p. 9-10.

LUTZEMBERGER, José. "Ninguém sabe o que vai acontecer": entrevista, nº 230, p. 19-20.

SCHILLING, Paulo. Agressões externas ao meio ambiente brasileiro, nº 230, p. 16-18.





SCHWARTZMAN, Stephan. Desenvolvimento, meio ambiente e povos indígenas, nº 230, p. 11-13.

__ . Pressão sobre o governo brasileiro, nº 236, p. 22-23.

SIQUEIRA, José Eduardo de Campos. Água: o perigo da escassez, nº 230, p. 21-22.

WALDMAN, Mauricio. Ecologia na perspectiva dos trabalhadores, nº 230, p. 4-5.

Ecumenismo

ADOLF, Felipe. Trabalho e compromisso, nº 235, p. 18.

ASSEMBLÉIA GERAL DO CLAI. Carta de Indaiatuba, nº 237, p. 33.

BEOZZO, José Oscar. Ecumenismo e mundo afro-brasileiro, nº 235, p. 25-27.

BONINO, José Miguez. Dor e esperança, nº 235, p. 6-7.

CLAI: esperança solidária, nº 235, p. 6-7 DIAS, Zwinglio Mota. Movimento ecumênico na América Latina, nº 235, p. 4-5.

DÍVIDA externa: o papel dos cristãos, nº 236, p. 39-41.

ECUMENISMO comprometido, nº 228, p. 25. ENCONTRO LATINO-AMERICANO E CA-RIBENHO DE ORGANISMOS ECUMÊ-NICOS. Construir a esperança, nº 235, encarte.

GOWDZAARD, Bob. "Crescer como a palmeira" — entrevista a Zwinglio M. Dias e Anivaldo Padilha, nº 237, p. 20-22.

IRALA, Flávio & SHIRAHATA, João Takao. Clai: uma assembléia celebrativa, nº 237, p. 29-32.

MATEUS, Odair Pedroso. Caminhos da unidade, nº 235, p. 14-16.

MESTERS, Carlos & LOPES, Eliseu. Flor bonita nascida em terra seca sem adubo, nº. 235, p. 21-22.

PADILHA, Anivaldo & GARCIA, Paulo Roberto. Raízes que renovam os frutos, nº 235, p. 23-24.

PROGRAMA DE ASSESSORIA À PASTO-RAL PROTESTANTE & COELHO, Carlos Eduardo. Obstáculos ao movimento ecumênico, nº 235, p. 19-20.

RAMALHO, Jether Pereira. Movimento popular como espaço ecumênico, nº 235, p.

11-13.

SANTA ANA, Julio de. Limites e abrangência do ecumenismo, nº 235, p. 8-10.

Educação

HADDAD, Sérgio. Pedagogia do oprimido, nº 233, p. 17-18.

MELO, José Marques de. O popular nas escolas de comunicação, nº 228, p. 12-14.

SIQUEIRA, Maria Clara di Pierro & JÓIA, Orlando. Educação: novos caminhos, nº 234, p. 16.

Escravidão

SANT'ANA, Antonio Olimpio. *Igreja*, escravidão e racismo, nº 227, p. 18-20.

SCHWANTES, Milton. Escravidão na Bíblia, nº 227, p. 32-34.

Evangelização

BAPTISTA, Mauro. A evangelização dos negros, nº 227, p. 16-17.

Garimpeiros

MASSACRE no garimpo, nº 227, p. 30. YANOMAMI: alerta contra o genocídio, nº 227, p. 31.

História

ABRAMO, Perseu. Imprensa alternativa: alcances e limites, nº 233, p. 15-16.

BITTENCOURT FILHO, José. Protestantismo e política nos anos 60, nº 233, p. 24-25.

CARLOS, Newton. De Tlateloco à Nicarágua, nº 233, p. 29-30.

GREENHALGH, Luiz Eduardo. A herança do arbítrio, nº 233, p. 12-14.

LIBÂNIO, João Batista. Medellín, história e símbolo, nº 233, p. 22-23.

LIMA, João Alves de & BALCÃO, Nilde. Italianos e movimento operário, nº 232, p. 13-15.

LISBOA, Marijane Vieira. A geração do sonho, nº 233, p. 10-11.

OLIVEIRA E SILVA, José Dirceu de. José
Dirceu: "Não conhecíamos o Brasil" —
entrevista a Marco Antônio Piva, nº 233,
p. 19-21.

PIVA, Marco Antônio. Nada será como antes, nº 233, p. 4-6.

SILVA, Luiz Francisco. Crise e utopia, nº 233, p. 7-9.

Igreja Católica — Veja Catolicismo

Igreja Eletrônica

CARDOSO, Onésimo de Oliveira. Canal 13, TV Fanini, nº 228, p. 18-19.

NEVES, Amélia Tavares C. A pregação milionária da salvação: igreja eletrônica, nº 228, p. 20-21.

Igreja Protestante - Veja Protestantismo

Igrejas

BEOZZO, José Oscar. & RAMALHO, Jether Pereira. O momento eclesial brasileiro, nº 231, p. 32-34.

DIVIDA externa: o papel dos cristãos, nº 236, p. 39-41.

GOWDZAARD, Bob. "Crescer como a palmeira": entrevista a Zwinglio M. Dias e Anivaldo Padilha, nº 237, p. 20-22.

HARPER, Charles. Uma perspectiva latinoamericana, nº 237, p. 12-14.

POLETTO, Ivo. Luta pela terra: novos desafios às igrejas cristãs, nº 231, p. 19-21.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. Igreja, escravidão e racismo, nº 227, p. 18-20.

SEMINÁRIO: IGREJAS E DÍVIDA EXTER-NA. Desafio às Igrejas: a questão da dívida externa, nº 230, encarte.

WRIGHT, Jaime. Um roteiro para o futuro, agora: 40 anos depois, nº 237, p. 7-9.

Índios

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O tempo do jaboti, nº 229, p. 8-10.

& ANDRADE, Lucia. Obras do destino: o ambientalismo oficial, nº 230, p. 6-8.

MORATÓRIA para o meio ambiente, nº 236,

p. 28-29.

RICARDO, Carlos Alberto, ed. Os direitos dos índios na nova constituição brasileira, nº 231, p. 28-31.

_ & EQUIPE PIB/CEDI. Povos indígenas: avanços e brechas, nº 234, p. 28-31.

SCHWARTZMAN, Stephan. Desenvolvimento, meio ambiente e povos indigenas, nº 230, p. 11-13.

YANOMAMI: alerta contra o genocidio, nº. 227, p. 31.

Indústria bélica

BARROS, Ruy de Góes Leite de. A indústria bélica e a construção da democracia, nº 232, p. 23-25.

INDÚSTRIA bélica em debate, nº 228, p. 25.

Meio ambiente - Veja Ecologia/Meio ambiente

Meios de comunicação

ABRAMO, Perseu. Imprensa alternativa: alcances e limites, nº 233, p. 15-16.

CARDOSO, Onésimo de Oliveira. Canal 13, TV Fanini, nº 228, p. 18-19.



GOMES, Pedro Gilberto. Jornalismo popular: uma experiência democrática, nº 228, p. 8-9.

NÚCLEO JORGE BAPTISTA DE COMU-NICAÇÕES. O teatro da comunicação, nº 228, p. 16-17.

SANTOS, Sérgio dos. A imprensa dos traba-Ihadores, nº 228, p. 10-11.

SILVA, Marô. TV dos trabalhadores, nº 228,

Movimento operário e sindical

BARROS, Ruy de Góes Leite de. A indústria bélica e a construção da democracia, nº 232, p. 23-25.

CONSTANTE Castellani: a escola dos metalúrgicos de Santo André, nº 232, p. 26.

DEZ anos de uma greve histórica, nº 232,

JURSYS, Vera Lucia. Fotografia e luta de classes, nº 232, p. 16-20.

LIMA, João Alves de & BALCÃO, Nilde. Italianos e movimento operário, nº 232,

MERCADANTE OLIVA, Aloizio. Dilemas do movimento sindical a 12 anos do século 21, nº 232, p. 4-9

PEREIRA, Maurício Broinizi. Hobsbawm no Brasil, nº 232, p. 21-22.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Movimento sindical: os direitos dos trabalhadores, nº 234, p. 18-19.

SOUZA, Osmar Medeiros. Memória e identidade: reflexo de um espelho quebrado, nº 232, p. 10-12.

Movimentos populares

ALVES, Luiz Roberto. O samba cultural dos desiguais, nº 228, p. 4-7.

RAMALHO, Jether Pereira. Movimento popular como espaço ecumênico, nº 235, p. 11-13.



Mulher

NOVAES, José Roberto Pereira; PADRÃO, Luciano Nunes & RESENDE, Valéria. Uma história de luta no campo, nº 229, p. 11-12.

SCHÜLLER, Marilia. Mulheres negras: uma nova dimensão teológica, nº 227, p. 21-22.

Negros/Movimento negro

BAPTISTA, Mauro. A evangelização dos negros, nº 227, p. 16-17.

DAMASCENO, Caetana; SANTOS, Micênio & GIACOMINI, Sonia. As organizações do movimento negro, nº 227, p. 6-7.

SANTOS, Joel Rufino dos. Ainda um país de senhores e escravos: 100 anos de abolição, nº 227, p. 4-5.

SILVA, Benedita da. O negro na constituinte, nº 227, p. 25-26.

SILVA JUNIOR, Hédio. Democracia: a contribuição do movimento negro, nº 227, p. 10-11.

Politica

CENTRÃO: que maioria é essa?, nº 227, p. 30. FERNANDES, Florestan. Eleições municipais: a ruptura silenciosa, nº 237, p. 23-24.

GREENHALGH, Luiz Eduardo. A herança do arbítrio, nº 233, p. 12-14.

REIS, Fábio Wanderley. Continuidade e mudança, nº 234, p. 7-8.

SCHOENMAN, Ralph. Estados Unidos: a eleição da minoria — entrevista a Marco Antônio Piva, nº 234, p. 24-26.

STUART, Ana. Argentina: na boca do túnel, nº 228, p. 30-31.

Protestantismo

BITTENCOURT FILHO, José. Evangélicos: disputa ideológica, nº 234, p. 17.

 Protestantismo e política nos anos 60, nº 233, p. 24-25.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A contribuição das igrejas protestantes, nº 234, p. 22-23. SCHNEIDER, Silvio. IECLB: participação e integração, nº 233, p. 26-28.

Racismo

FIGUEIRA, Vera. Estereótipos raciais: algumas influências, nº 227, p. 8-9.

MANDELA, Winnie. "Nessa luta temos a mesma identidade" — entrevista a João Guilherme Biehl, nº 232, p. 36-37.

PIVA, Marcia Cruz. Mercado de trabalho: esforço maior, salário menor, nº 227, p. 12-13.

SANT'ANA, Antonio Olimpio. Igreja, escravidão e racismo, nº 227, p. 18-20.

SANTOS, Joel Rufino dos. Ainda um país de senhores e escravos: 100 anos de abolição, nº 227, p. 4-5.

SILVA, Marcos Rodrigues da. O racismo na literatura religiosa, nº 227, p. 23-24.

SILVA JUNIOR, Hédio. Democracia: a contribuição do movimento negro, nº 227, p. 10-11.

Reforma agrária

POLETTO, Ivo. Luta pela terra: novos desafios às igrejas cristãs, nº 231, p. 19-21.

SILVA, José Gomes da. O conceito de terra produtiva, nº 231, p. 22.

Seringueiros

ALLEGRETTI, Mary Helena. Natureza e política externa brasileira, nº 230, p. 14-15.

ARNT, Ricardo. A herança de Chico Mendes, nº 237, p. 38.

Sindicalismo

BALCÃO, Nilde. ABCD do cotidiano, nº. 229, p. 13-14.

MERCADANTE OLIVA, Aloizio. Dilemas do movimento sindical a 12 anos do século 21, nº 232, p. 4-9

SANTOS, Sérgio dos. A imprensa dos trabalhadores, nº 228, p. 10-11.

Sindicalismo rural

O ASSASSINATO de Sebastião Lan, nº 231, p. 26.

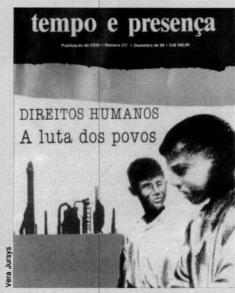
BARBOSA, Antonio & NOVAES, José Roberto Pereira. Eleições sindicais: medição de forças, nº 231, p. 14-16.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. O "novo" sindicalismo rural paulista, nº 231, p. 9-11.

NOVAES, José Roberto Pereira; PADRÃO, Luciano Nunes & RESENDE, Valéria. Uma história de luta no campo, nº 229, p. 11-12.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. Movimento sindical rural e Estado, nº 231, p. 4-5.

PADRÃO, Luciano & NOVAES, José Roberto Pereira. Pólo sindical: o que há de no-



vo no sul da Bahia?, nº 231, p. 12-13.

Solidariedade

NICARÁGUA: solidariedade brasileira, nº 227, p. 31.

PIVA, Marco Antônio. Guatemala: o clamor pela terra, nº 231, p. 35-36.

Teologia

BOFF, Leonardo. A teologia da pequena libertação, nº 229, p. 20-21.

_ . Proclamação de Jesus aos oprimidos: do quinto evangelho, nº 237, p. 34-35.

DIAS, Zwinglio Mota. Do êxodo libertador à visão da criação: uma proposta de vida, nº 230, p. 26-27.

FREI BETTO (CHRISTO, Carlos Alberto Libânio). Gustavo Gutiérrez: um perfil amigo, nº 232, p. 33-35.

SCHÜLLER, Marilia. Mulheres negras: uma nova dimensão teológica, nº 227, p. 21-22.

Trabalhadores

ANT, Clara. Morte em silêncio: ambiente de trabalho, nº 230, p. 23-25.

BALCÃO, Nilde. ABCD do cotidiano, nº. 229, p. 13-14.

CASTRO, Moacir Werneck de. O "incidente" de Volta Redonda, nº 237, p. 18-19.

MARTINS, José Renato Vieira. Os direitos dos trabalhadores na Constituinte, nº 232, p. 28-29.

PIVA, Marcia Cruz. Mercado de trabalho: esforço maior, salário menor, nº 227, p. 12-13.

SANTOS, Sérgio dos. A imprensa dos trabalhadores, nº 228, p. 10-11.

SILVA, Marô. TV dos trabalhadores, nº 228, p. 15.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Movimento sindical: os direitos dos trabalhadores, nº 234, p. 18-19.

Violência

ARNT, Ricardo. A herança de Chico Mendes, nº 237, p. 38.

O ASSASSINATO de Sebastião Lan, nº 231, p. 26.

CASTRO, Moacir Werneck de. O "incidente" de Volta Redonda, nº 237, p. 18-19.

MASSACRE no garimpo, nº 227, p. 30. PINHEIRO, Paulo Sérgio. O cotidiano e a violência, nº 229, p. 6-7.

Resenhas

ALVES, Rubem. Da esperança, Campinas, Papirus, 1987, 231 p., nº 233, p. 35.

CASALDÁLIGA, Pedro, bispo. Na procura do reino: antologia de textos (1968-1988), São Paulo, FTD, 1988, 280 p., nº 235, p. 35.

CEDI — PROGRAMA MEMÓRIA E ACOM-PANHAMENTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO. De Angra a Aramar: os militares a caminho da bomba, São Paulo, CE-DI/Desep-CUT/Nemi/Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, 1988, 144 p., nº 237, p. 43.

CEHILA (Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina). Escravidão negra e história da Igreja na América Latina e no Caribe, Petrópolis, Vozes, 1987, 237 p., nº 227, p. 35.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves, org. A questão mineral na Amazônia: seis ensaios críticos, Brasília, CNPq/MCT, 1987, 216 p., nº 230, p. 35.

LOPES, José Sérgio Leite, coord. Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora, Rio de Janeiro, Marco Zero/UFRJ, 1987, 228 p., p. 35.

MOURA, Margarida Maria. Os deserdados da terra, Rio de Janeiro, Beltrand Brasil, 1988, 250 p., nº 231, p. 39.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835), Rio de Janeiro, Brasiliense, 1986, 296 p., nº 227, p. 35.

SANTOS, Leinad Ayer O. & ANDRADE, Lúcia M.M. de, orgs. As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas, São Paulo, Comissão Pró-Índio, 1988, 196 p., nº 236, p. 51.

SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J., orgs. Uma revolução no cotidiano? — Os novos movimentos sociais na América do Sul, São Paulo, Brasiliense, 1987, 297 p., nº 229, p. 31.

SOCIALISMO em debate: 1917-1987, São Paulo, Instituto Cajamar, 1988, 320 p., nº 234 p. 35

nº 234, p. 35.
THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, Rio de Janeiro, Paz e

Terra, 3 vols., 1987, nº 232, p. 43.

Organizado por Ângela Galvão (Setor de Documentação do CEDI).

